

**SANTANDER ASSET MANAGEMENT – SGOIC, S.A.**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**EXERCÍCIO 2022**



## Índice

Sumário Executivo .....	3
Órgãos Sociais em funções .....	4
Estrutura Acionista .....	5
Enquadramento Macroeconómico .....	6
Principais acontecimentos .....	11
Principais indicadores da atividade .....	15
Factos relevantes .....	17
Perspetivas para 2023 .....	18
Factos relevantes após o termo do exercício .....	18
Objetivos e políticas em matéria de gestão dos riscos financeiros .....	19
Proposta de aplicação de resultados .....	19
Proposta de distribuição de resultados transitados .....	19
Nota Final .....	20

**SANTANDER ASSET MANAGEMENT – SGOIC, SA**

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6, freguesia de Campolide, 1070-238 Lisboa – Portugal

Tel: 21 370 4000 Fax: 21 370 58 78

Capital Social: € 1.167.358,00 – NIPC : 502 330 597– C.R.C. Lisboa nº 502 330 597 (anterior 1759)

*DL*  
*R* *h*  
2

## **Sumário Executivo**

A Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (“Sociedade” ou “SAM”), constituída por escritura de 27 de dezembro de 1989, tem por objeto social o exercício das seguintes atividades:

- Gestão de instituições de investimento coletivo mobiliário;
- Gestão de carteiras por conta de outrem, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- Gestão e representação de organismos de investimento imobiliário (OII);
- Gestão de organismos de investimento alternativo em valores mobiliários (OIAVM) e
- Gestão de organismos de investimento alternativo (OIA), nomeadamente fundos de capital de risco.

Atualmente, a Sociedade não gere fundos de capital de risco, no entanto está autorizada por parte do regulador para o fazer.

O ano de 2022 ficou marcado pela agitação nos mercados financeiros, com a inflação acima do esperado e a persistência da guerra na Ucrânia a concentrarem a maior parte da atenção dos investidores.

Ao contrário dos últimos anos, que se caracterizaram por movimentos uniformes de subida ou descida nas diferentes classes de ativos, e depois dos anos de 2020 e 2021 marcados pelo efeito da pandemia COVID-19, 2022 trouxe uma nova realidade, com a grande maioria de ativos de taxa de juro a desvalorizar significativamente e os mercados a anteciparem a crise.

Ao longo de todo o ano de 2022, a SAM participou em várias iniciativas com a rede comercial e diretamente com a área de *Private Banking* do Banco, por forma a controlar as subscrições líquidas. Ainda assim, na perspetiva esperada de recuperação generalizada dos mercados, impulsionada pela normalização do quotidiano após a crise pandémica, a Sociedade tinha desenhado, para o exercício aqui relatado, um orçamento extremamente ambicioso, em termos comerciais e também em resultados esperados, acabando por se revelar abaixo do esperado, sobretudo pelo efeito de mercado – desvalorização dos ativos geridos - mas também por vendas líquidas negativas não previstas. A redução do volume sob gestão pelos motivos elencados impactou negativamente o volume de comissões cobradas, face ao orçamentado.

Durante o ano, a SAM manteve a comunicação com a rede comercial do Grupo Santander Asset Management através do canal SAM Conecta, plataforma que promove uma conexão direta e acesso a todas as informações de gestão de ativos.

Apesar de toda a instabilidade, os riscos financeiros foram sempre acautelados, mantendo um rigoroso controlo sobre os riscos operacionais e legais, as flutuações de mercado e a gestão de risco de liquidez.



Handwritten signature and initials, including the letters 'DR' at the top and a large signature below.

## **Órgãos Sociais em funções**

### **Mesa da Assembleia Geral – Mandato 2022/2024**

Presidente António Terra da Motta  
Secretário Ana Catarina Carvalho Costa Lopes

### **Conselho de Administração – Mandato 2022/2024**

Presidente Nuno Miguel de Oliveira Henriques  
Vogal Luís Manuel Matos Figueiredo (com funções executivas)  
Vogal Diego Ruiz Reija (não executivo)  
Vogal Lázaro de Lázaro Torres (não executivo)  
Vogal Independente Maria Otília Gonçalves Mendeiros Casquilho (não executivo)

### **Conselho Fiscal – Mandato**

Presidente José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt  
Vogal Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento  
Vogal Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

### **Revisor Oficial de Contas – Mandato 2022/2024**

PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues

### ***Estrutura Acionista***

A Sociedade, anteriormente detida a 100% pelo Banco Santander, S.A., em Espanha, é, desde dia 26 de março de 2020, detida a 100% pela Santander Asset Management UK Holdings Limited ("LACTO"). A LATCO é uma sociedade de direito inglês, detida indiretamente a 100% pelo Banco Santander, S.A., pelo que este continuará a ser, por esta via, o titular único indireto da totalidade do capital social da Santander Asset Management – SGOIC, S.A.. A alteração da estrutura acionista ocorreu em resultado da decisão estratégica do Grupo Santander em centralizar nesta *holding* a sua atividade de gestão de ativos a nível internacional, com uma presença em 10 países, entre os quais Portugal.

**SANTANDER ASSET MANAGEMENT – SGOIC, SA**

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6, freguesia de Campolide, 1070-238 Lisboa – Portugal

Tel: 21 370 4000 Fax: 21 370 58 78

Capital Social: € 1.167.358,00 – NIPC : 502 330 597– C.R.C. Lisboa nº 502 330 597 (anterior 1759)

DR

E  
h  
5h

## **Enquadramento Macroeconómico**

O ano de 2022 iniciou-se com a inflação continuada e persistente como principal tema das economias americana e europeia. Consequentemente, as políticas económicas acomodativas de taxas de juro negativas e estímulos que tinham vigorado durante a pandemia da COVID-19 davam sinais de estar prestes a terminar.

A Reserva Federal Norte-Americana (FED) esteve na vanguarda desta viragem, muito devido aos discursos do seu presidente, Jerome Powell, que não descartava subidas das taxas de juro a cada reunião até ao final do ano de 2022. Esta retórica levou os mercados a prepararem-se para subidas de taxa de juro consecutivas, descontando já a taxa de juro terminal, maiores do que o previsto no decorrer do ano anterior.

Como efeito, a perspetiva de uma política monetária mais apertada levou a uma queda generalizada dos ativos de risco no primeiro trimestre, com as ações globais a terem o seu pior desempenho desde a primeira vaga da pandemia de COVID-19. Pela primeira vez desde 1994, os ativos de crédito também acompanharam a tendência de queda, juntamente com os típicos ativos mais seguros como a dívida governamental e os metais preciosos.

O primeiro trimestre do ano foi também profundamente marcado pela passagem das ameaças do presidente da Rússia, Vladimir Putin, aos atos, com a invasão à Ucrânia na chamada "operação militar especial", no dia 24 de fevereiro de 2022. Este evento teve um impacto tremendo nos mercados globais e em todas as classes de ativos. A onda de sanções à Rússia, um dos principais fornecedores de matérias-primas, como o gás e o petróleo, e a diminuição do fornecimento de trigo pela Ucrânia, causaram pressões inflacionárias a nível global. Este período viu o petróleo brent a subir acima dos 100\$ por barril, pela primeira vez desde 2014, o gás natural a subir mais de 15% e o trigo mais de 20% durante os meses de fevereiro e março de 2022.

Consequentemente, estes eventos tomaram o trabalho dos bancos centrais bastante difícil dado que, por um lado, não poderiam agir diretamente sobre um choque na oferta a este nível e, por outro, a consequência da sua inação resultaria num cenário de estagflação com o risco de uma inflação persistente a longo prazo. Este risco depressa se começou a tornar em um cenário de elevada probabilidade após o lançamento dos dados da inflação norte-americana, que atingiram um valor recorde de mais de 7,5% em fevereiro de 2022.

Na Europa, os discursos dos membros do Banco Central Europeu (BCE) também indicavam uma potencial subida agressiva das taxas de juro de referência, algo que já não se verificava há 11 anos. Esta perspetiva, adicionada à agitação geopolítica, impactou os ativos de risco pela negativa com os declínios no mercado acionista norte-americano a atingirem os 8% anuais e no europeu os 6,9% anuais. O primeiro trimestre de 2022 produziu também a inversão da curva dos títulos de dívida pública norte-americana dos 2 e 10 anos, um claro sinal de que uma recessão estaria próxima.

Os temas do início do segundo trimestre do ano replicaram em larga medida os do primeiro. A inflação começava a atingir valores recorde tanto na Zona Euro como nos Estados Unidos, posicionando-se nos 7,4% e 8,3% respetivamente. O desconto que os mercados davam em termos da taxa de juro terminal da FED para o final do ano subia pelo nono mês consecutivo em abril. Por outro lado, a guerra na Ucrânia continuava a pôr pressão no preço da energia com o fecho do fluxo de gás russo para a Europa do Leste.

Os meses seguintes continuaram com as más notícias que apontavam para uma economia norte-americana mais frágil e a continuação da política de COVID-19 zero na China. A conseguinte publicação dos dados do Índice de preços de consumidor na Zona Euro no fim de maio, onde foram atingidos valores acima dos 8% - a subida mais rápida da inflação desde a existência da moeda única europeia - causou, mais uma vez, quedas abruptas nos ativos de risco e nos ativos de obrigações, devido ao crescente medo de que os aumentos das taxas de juro para combater a inflação iriam enviar as economias desenvolvidas para uma recessão. Inclusive, o S&P500 começou a entrar em níveis de *bear market*.

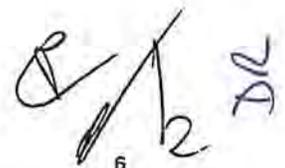
Em meados do ano, com os esforços da União Europeia e Turquia, foram alcançados acordos entre a Rússia e a Ucrânia para a distribuição do trigo ucraniano através de um corredor no mar Negro, o que aligeirou a pressão no preço de várias matérias-primas tais como o petróleo, ferro, cobre e trigo. É aqui que surge, pela primeira vez, a ideia do *pivot*, a viragem para políticas económicas mais suaves, onde os investidores acreditavam que, o abrandamento do crescimento económico e a possibilidade de se ter atingido o pico da inflação, iria fazer com que os Bancos Centrais fossem menos agressivos nos seus próximos aumentos de taxa. Devido a esta premissa, os mercados começavam a descontar, tanto uma redução nas expectativas de inflação, como uma taxa terminal menor no final do ano. Inclusive, os mercados começaram até a prever uma descida nas taxas de juro até ao final de 2022. Esta ideia levou a uma recuperação nos ativos de dívida empresarial e pública e um

**SANTANDER ASSET MANAGEMENT – SGOIC, SA**

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6, freguesia de Campolide, 1070-238 Lisboa – Portugal

Tel: 21 370 4000 Fax: 21 370 58 78

Capital Social: € 1.167.358,00 – NIPC : 502 330 597– C.R.C. Lisboa nº 502 330 597 (anterior 1759)

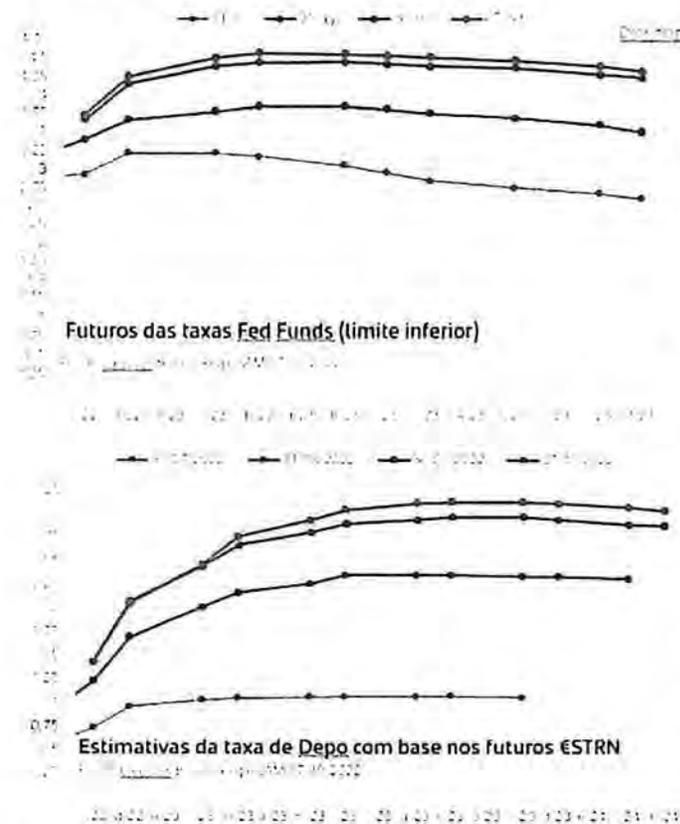


Handwritten signature and initials, possibly 'DR'.

salto nas ações, com os índices do NASDAQ, S&P500 e Stoxx 600 a registarem subidas acima dos 8% em julho.

Do lado europeu, a maior preocupação continuava a ser os abastecimentos de gás e as possíveis consequências das manobras geopolíticas em torno das supostas reparações do pipeline Nord Stream 1. Apesar do gás ter começado a fluir durante duas semanas após a primeira paragem, atuava apenas a 20% de capacidade. Com isto em mente, os estados da União Europeia alcançaram acordos para a redução de emergência nos consumos de gás para o inverno, o que fez disparar os futuros deste recurso natural acima dos 28% em julho após uma subida de 50% no mês anterior. Neste período, também foi encetado o convite formal da NATO para a Suécia e a Finlândia, com fronteiras com a Rússia a juntarem-se à aliança atlântica. Durante este período, o BCE também encetou o primeiro aumento de taxas de juro em 11 anos, subindo em 0,50%, levando a taxa diretora a 0% e a taxa de refinanciamento a 0,5%. Conjuntamente, anunciou aos mercados que iria reavaliar os aumentos com base em cada reunião, e uma nova ferramenta de apoio, o Instrumento de Proteção de Transmissão (IPT) que permitiria ao BCE intervir para impedir um aumento desproporcionado das taxas de juro de alguns países, o que traria algum alívio aos mercados periféricos.

A primeira metade de agosto parecia confirmar as ideias dos investidores em relação ao *pivot* com os dados de inflação norte-americanos a estar abaixo do estimado pelos mercados, indicando que o pico da inflação já havia passado. Adicionalmente, o número de empregos que excederam, pela primeira vez, os máximos pré-pandemia também trouxeram esperanças redobradas, causando de novo uma forte recuperação nos mercados acionistas e de dívida pública e empresarial.



Não obstante, esta recuperação cedo se tomou numa correção expressiva após o seminário da Reserva Federal dos Estados Unidos em Jackson Hole. Neste evento, Jerome Powell apresentou uma visão bastante mais agressiva sobre a luta contra a inflação, indicando que seria provável que as políticas restritivas se mantivessem durante muito mais tempo. O presidente da reserva federal chegou mesmo a indicar, mais tarde, que o desemprego seria menos doloroso para a economia do que uma inflação elevada persistente.

Na Europa, um recorde nos números da inflação situada nos 9,1%, conjuntamente com o discurso mais restritivo do Banco Central Europeu, levava os mercados a descontar uma subida de 75 pontos base na reunião de setembro, com aumentos consecutivos nas três últimas reuniões do ano, levando o índice de dívida IBOXX a registar as maiores perdas desde a sua origem. As preocupações amontoavam-se com os preços da energia, com aumentos de cerca de 59% na Alemanha, o que representava um preço de 576 euros Megawatt-hora. A mudança nas perspetivas significou um aumento nas *Yields* de dívida pública europeia em valores há muito tempo não vistos, pondo ainda mais pressão neste tipo de ativos.

O 3º trimestre foi palco da demissão de Boris Johnson e a consequente eleição pelo partido conservador de Elizabeth Truss como nova primeira-ministra do Reino Unido, que apresentou um orçamento assente em cortes de impostos suportados em dívida. Este evento deu lugar a uma turbulência nos mercados, causando a queda da Libra para mínimos históricos, comparando com o dólar americano, e um declínio nos títulos de dívida britânica de 8,8%, acumulando perdas anuais acima dos 26%.

DR  
7

Em termos das reuniões dos bancos centrais, setembro viu o BCE aumentar as taxas de juro em 0,75% para uma taxa diretora de 1,25%. Neste momento, os mercados esperavam já uma taxa terminal de 3%, a mais elevada nos últimos 10 anos. Este facto fez-se sentir tanto nas ações, onde o STOXX 600 perdeu mais de 6% em setembro, como nas obrigações - tanto privadas como de governos - que diminuíram cerca de 4%. Por seu lado a FED continuou a sua política de remoção de estímulos com a terceira subida consecutiva da taxa de juros em 0,75%, fixando a taxa efetiva em 3,25%. Os mercados, por sua vez, reajustaram as expectativas de taxa terminal para os 4,6% até ao final de 2023. A preocupação dos investidores com a continuação das políticas de remoção de estímulos nos Estados Unidos, causou elevados níveis de volatilidade, com o S&P500 a cair mais de 5%, acompanhados de um aumento das *yields* a 10 anos acima dos 4% pela primeira vez desde 2010. O dólar continuou a valorizar, causando pressão também nos mercados emergentes.



A inflação continuou a não mostrar sinais de abrandamento durante este período com as estimativas da Zona Euro do final do trimestre a atingirem um valor acima dos 10%, devido ao choque energético. A pressão dos custos da energia levou os governos a adotar políticas orçamentais. Em setembro, várias explosões nos gasodutos do Nord Stream 1 e 2, que mais tarde se viriam a provar terem sido uma sabotagem propositada, aumentavam as tensões entre a Rússia, União Europeia e a NATO. Com uma subida trimestral de 30,6% no gás, a Alemanha anunciou um apoio de 200 mil milhões de euros para limitar o preço máximo deste recurso natural.

O último trimestre foi bastante volátil e repleto de desenvolvimentos macroeconómicos. No mês de outubro, o declínio de preços de gás natural na Europa devido ao tempo mais quente do que o habitual no continente, facto que resultaria numa menor procura por aquecimento e consequente manutenção das reservas. No Reino Unido, a tempestade nos mercados causada pelo orçamento de Liz Truss dava sinais de estar ultrapassada com a sua demissão e a eleição interna de Rishi Sunak como novo primeiro-ministro. O consequente anúncio de que as medidas previamente anunciadas iriam ser revertidas, aliado à redução do tempo dos apoios energéticos de dois anos para seis meses, levou a uma recuperação no preço da dívida pública britânica. Outro desenvolvimento político de relevo foi as eleições intercalares nos Estados Unidos, que de certo modo surpreenderam com os democratas a ganharem o Senado por 1 lugar e os republicanos a obterem a maioria da Câmara dos Representantes, mas com uma diferença bastante reduzida, o que poderia levar a empates técnicos nas reformas mais estruturais que, por sua vez, poderiam levar a impactos económicos, tal como o teto da dívida.

Outro fator que levou à esperança do *pivot* foi o aumento de apenas 25 pontos base da taxa diretora pelo Banco Central Australiano ao invés dos 50 esperados. Esta especulação em torno de uma viragem das políticas monetárias levou à melhor performance do S&P500 desde abril e à queda das *yields* das obrigações pela primeira vez desde a primeira metade de agosto.

Contudo, tal como nos meses anteriores, as esperanças de uma viragem nas políticas económicas foram abafadas pelos discursos dos membros da Reserva Federal Norte-americana e, mais tarde, pelos dados da inflação acima do esperado nos Estados Unidos, onde chegou aos 8,2%. Nesta altura, ficou cimentada a expectativa de mais uma subida de 75bps na taxa de juro norte-americana durante a reunião de novembro, levando o mercado de futuros a descontar uma taxa terminal de 5% pela primeira vez no ano.

Não obstante, mais tarde durante outubro surge uma nova esperança nos mercados após um artigo no Wall Street Journal indiciar estar a ser discutido o modo e os meios para aprovar uma subida menor em dezembro, apesar do aumento de novembro de 0,75% nas taxas de juro dos Estados Unidos estar praticamente garantido. Estas esperanças foram também ecoadas do outro lado do atlântico pelos comentários de tom mais suave na conferência de imprensa do Banco Central Europeu.

No final do mês os resultados aquém do esperado das empresas tecnológicas dos Estados Unidos (Amazon, Alphabet e Meta) causaram quedas pronunciadas nestes ativos e nos índices agregados. Outro fator negativo

**SANTANDER ASSET MANAGEMENT – SGOIC, SA**

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6, freguesia de Campolide, 1070-238 Lisboa – Portugal

Tel: 21 370 4000 Fax: 21 370 58 78

Capital Social: € 1.167.358,00 – NIPC : 502 330 597 – C.R.C. Lisboa nº 502 330 597 (anterior 1759)

*[Handwritten signatures and initials]*

resultou da publicação da criação de 239 000 novos empregos nos Estados Unidos, bastante acima dos 161.000 esperados pelos mercados, causando nova subida das *yields* nos últimos dois dias do mês. A este tom negativo juntou-se a divulgação *flash* dos dados de inflação na Zona Euro que atingiram um estonteante valor de 10,7%, fazendo com que a *pivot trade* perdesse força.

O mês seguinte foi o mais positivo para os mercados em 2022 devido a vários dados que mostravam finalmente que o pico da inflação já teria passado. Os dados relativos ao mês de outubro nos Estados Unidos, conhecidos a 10 de novembro, mostravam uma inflação nos 7,7%, abaixo dos 7,9% esperados pelos investidores. Na Zona Euro, os números também surpreenderam pela positiva com 10,6% abaixo dos 10,7% esperado pelos economistas. Estes acontecimentos levaram os mercados a acreditar cada vez mais numa redução do ritmo de subidas de taxa de juro. Devido a esta onda de positivismo, os índices acionistas americanos e europeus tiveram subidas apenas vistas antes de abril de 2020. Entre outubro e novembro, os ganhos acumulados do S&P500 chegaram aos 14% e do Stoxx 600 aos 13,9%. Os mercados de dívida pública repercutiram este positivismo, tendo as *yields* a 2 anos das obrigações americanas apresentado a maior queda desde 2008, e os preços das obrigações a 10 anos subido 1,2%. Na Europa, a maior *performance* foi alcançada pelas *gills* depois da estabilização das políticas orçamentais britânicas situando-se nos 4,7%, seguida de 2,6% na Zona Euro. Nos mercados de obrigações empresariais *Investment Grade* houve subidas de 2,9% nas empresas europeias e 3,6% nas norte-americanas. As obrigações *High Yield* também viram subidas de 5,3% nos Estados Unidos e Europa.

No final do mês, o discurso do presidente da Reserva Federal Norte-americana, Jerome Powell, deu claros sinais de que haveria um abrandamento dos aumentos das taxas de juro devido aos dados mais recentes. Estes sinais tiveram um eco nos dados *flash* da inflação na Zona Euro onde se havia atingido os 10%, abaixo dos 10,7% esperados pelos mercados, contribuindo para o tom positivo.

Do lado dos mercados emergentes, os comentários pelas autoridades chinesas acerca do aumento das taxas de vacinação na população idosa e a diminuição do período de quarentena deram esperanças aos investidores sobre a possibilidade do relaxamento da política de COVID-19 zero o que levou o Shanghai Composite a subir 8,9% e o Hang Seng disparar mais de 26,8%.

O mês de dezembro começou novamente com tom positivo devido aos ganhos dos meses anteriores. Esperava-se que o efeito sazonal do Natal conseguisse reduzir as perdas anuais durante o ano. Os investidores focaram-se nestes números e conduziram as *yields* da dívida pública americana a um declínio na primeira metade do mês, efeito que contagiou os títulos de dívidas de outros governos.

Reforçando esta ideia, o discurso do presidente do FED perante a Câmara de Representantes foi muito mais brando que o habitual e do que era esperado. Contudo, Jerome Powell não deixou de reforçar que, apesar do abrandamento, era provável que os aumentos durassem mais tempo e a taxa terminal fosse mais alta que o inicialmente previsto. Isto devido aos fortes números de emprego do país (263 000) e ao aumento da remuneração por hora, demonstrativos de uma economia resiliente que poderia impedir uma luta à inflação persistente.

No final do mês, a redução dos preços do petróleo e a estabilização do preço da habitação e bens alimentares nos Estados Unidos reforçaram ainda mais a tese de que já se tinha atingido o pico da inflação, sinal de que a política monetária dos bancos centrais iria finalmente abrandar.

	2021	2022e
PIB EUA	5,90%	1,90%
Inflação EUA	4,70%	8,10%
PIB Zona Euro	5,30%	3,30%
Inflação Zona Euro	2,60%	8,50%
PIB Portugal	5,40%	6,40%
PIB Espanha	5,50%	4,60%
PIB China	8,10%	3,20%

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.

No entanto, tal como foi comum ao longo do ano, a maioria dos investidores apenas se concentrou nas partes positivas dos discursos anteriores e dos dados económicos, escolhendo não se focar nos números que apontavam para um mercado de trabalho robusto e dos avisos de que a taxa terminal seria maior e os aumentos mais prolongados que anteriormente antecipado. Nas últimas reuniões do ano, os bancos centrais norte-americano e europeu, cumpriram as expectativas ao aumentar a taxa diretora em 0,5%, elevando a taxa federal americana entre os 4,25% e 4,50% e as taxas europeias a 2,5% e dos depósitos a 2%. Não obstante, os discursos dos presidentes em ambos os lados do atlântico apresentaram uma conotação muito mais restritiva do que antecipado pelos mercados depois de uma descida menos pronunciada das taxas de juro. Do lado americano, o foco manteve-se no forte

**SANTANDER ASSET MANAGEMENT – SGOIC, SA**

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6, freguesia de Campolide, 1070-238 Lisboa – Portugal

Tel: 21 370 4000 Fax: 21 370 58 78

Capital Social: € 1.167.358,00 – NIPC : 502 330 597 – C.R.C. Lisboa nº 502 330 597 (anterior 1759)



DR

mercado de emprego. Pela primeira vez, os membros da reserva federal apresentaram-se muito mais unidos na previsão da taxa final de 5%, com alguns membros a apresentarem uma taxa já acima desse valor.

Do lado europeu, a presidente do Banco Central, Christine Lagarde, foi ainda mais longe na negatividade do seu discurso do que o seu homólogo americano, indicando não só o aumento das previsões de inflação para 2023, mas também das taxas de juro terminais acima das expectativas nos 3,5%. Indicou também que se iria dar início ao programa de *quantitative tightening*, primeiro com paragem de compra de dívida pública, depois com a redução da quantidade de dívida pública no balanço do Banco Central. Estas más notícias fizeram os economistas reforçar os medos de que estas políticas iriam causar uma recessão e que os bancos centrais não conseguissem fazer o chamado *soft landing*, ou seja a redução da inflação para os níveis alvo de 2% apenas com fraco ou nenhum crescimento económico ao invés de uma recessão. Estes receios levaram os mercados americano e europeu a perder alguns dos ganhos dos meses anteriores, com o S&P500 com perdas na ordem dos 4%, reação que foi acompanhada de forma menos pronunciada nos mercados de dívida pública e privada dos Estados Unidos. Na Europa, a dívida pública perdeu cerca de 4% e o Stoxx 600 teve percas acima dos 3%.

No final do ano, para concluir a ronda de mensagens negativas, o Banco do Japão anunciou inesperadamente a mudança da sua política de controlo da curva das *yields*, com os 10 anos a poderem subir 0,5% tendo sido limitados a 0,25% anteriormente. Esta notícia causou uma onda de vendas massificadas dos ativos de obrigações americanas e europeias por parte do banco central do japão para compra de ativos japoneses, o que levou as *yields* alemãs a 10 anos a subirem 0,101%.

Em suma, o ano de 2022 acabou por ser um período onde vários eventos macroeconómicos e geopolíticos juntaram-se para criar a tempestade perfeita. A guerra na Ucrânia e a consequente onda de sanções à Rússia, expôs a dependência do gás e do petróleo deste país por parte da Europa, o que fez disparar os preços das matérias-primas, dando lugar à inflação galopante em vários países. A isto aliou-se a abertura das economias e apoios governamentais no pós-COVID, o que aumentou a procura em níveis que as cadeias de fornecimento não estavam preparadas para suprir. Finalmente, juntaram-se as consequentes ações de aumentos de taxas de juro a um ritmo extremamente rápido por parte dos bancos centrais para combater a inflação, que se arriscam a criar uma recessão global no próximo ano.



Em conjunto, estes eventos provocaram o pior ano para ações desde a crise financeira de 2008 com os principais índices americanos como o S&P500 e o Nasdaq a perderem 18,1% e 32,5% respetivamente. Do lado europeu, o Stoxx600 conseguiu amparar melhor as perdas acabando melhor em 9,9%. Contudo, o ano acabou por ser um desastre para o mercado dos chamados ativos de menos risco como dívida pública e privada. As percas nos principais índices de dívida privada e pública chegaram a um valor médio de 20%. A queda conjunta de ações e obrigações apenas havia acontecido três vezes na história dos mercados: em 1974, 1984 e 1994. Não obstante, nunca o mercado obrigacionista global havia tido quedas tão pronunciadas num único ano. A ação dos Bancos Centrais, após ter originado o pior ano de performance obrigações de sempre com a normalização de política monetária, continuará a concentrar o foco dos investidores no início de 2023.

### Economia Portuguesa

A economia portuguesa, de certa forma, isolada do choque energético devido à utilização extensiva de energias renováveis e localização periférica, conseguiu crescer 6,8% em 2022. O sucesso das políticas de vacinação e a abertura do país permitiram um aumento do turismo e do consumo a níveis pré-pandémicos. Contudo, apesar do estímulo do primeiro trimestre, o crescimento do país abrandou nos três trimestres seguintes. Este

abrandamento derivou em grande parte dos choques geopolíticos e financeiros que assolaram o resto do mundo, originados pela invasão da Ucrânia, o aumento da inflação e das taxas de juro. Apesar disso, o fulgor do mercado de trabalho, com os empregos a crescerem 2,3%, os apoios governamentais, e a poupança durante o período de quarentena na pandemia, permitiram atenuar os efeitos negativos dos mesmos, com o consumo a aumentar mesmo 5,9% face ao ano anterior.

O país também sofreu das pressões inflacionistas que se abateram sobre o resto do mundo, com a inflação a chegar aos 8,1% durante o ano. Estes aumentos levaram o governo de António Costa a tentar mitigar estes efeitos, traduzindo-se no cheque de 125 euros atribuído à população elegível em outubro. Este contexto inflacionista refletiu-se num investimento situado apenas nos 1,3%, uma redução face ao período homólogo anterior.

Devido à abertura das fronteiras e ao crescimento exponencial do turismo no período pós-pandemia, as exportações cresceram 17,7%, levando a balança corrente e de capital a demonstrar um défice de 0,6% do PIB português. O principal Índice acionista português, o PSI-20, foi um dos grandes vencedores de 2022, subindo cerca de 2,5% durante o ano, muito por culpa do peso das energéticas portuguesas, que conseguiram resultados bastante robustos durante o ano.

No final do ano, a estabilidade governamental esperada pela maioria absoluta do governo do Partido Socialista começou a ser posta em causa pelos vários casos mediáticos envolvendo membros do corpo governativo que resultaram nas demissões do ministro das infraestruturas, Pedro Nuno Santos, e da secretária de estado do tesouro, Alexandra Reis, terminando com a moção de censura proposta pela Iniciativa Liberal. Apesar de não se esperar uma queda do governo, este desenvolvimento pode pôr em causa as metas orçamentais, podendo inclusive ter um impacto negativo no crescimento económico previsto pelo Banco de Portugal, que se situa nos 1,5%.

As preocupações principais do país vão, tal como no resto do mundo, centrar-se na gestão das políticas monetárias restritivas por parte do Banco Central Europeu e na mitigação de uma possível recessão, esperada para o resto da Europa e dos Estados Unidos.

## ***Principais acontecimentos***

Durante o ano de 2022, e face à instabilidade de mercado vivida, a Sociedade implementou um conjunto de procedimentos de monitorização dos riscos das carteiras sob sua gestão, incluindo o risco de liquidez, que executa de forma a efetuar uma gestão prudente dos mesmos e rege-se por um sistema de controlo interno, assente no envolvimento das diferentes linhas de defesa e dos órgãos de governo interno, dos quais se destacam as reuniões do Conselho de Administração e os Comitês de Riscos e de Compliance.

O ano de 2022 trouxe desafios acrescidos para a atividade de gestão de ativos, pois após um período inicial de recuperação dos mercados com o atenuar da crise pandémica, o aumento das tensões geopolíticas e o deflagrar inesperado de uma guerra na Europa, no primeiro trimestre deste ano, veio aumentar as tensões inflacionistas já subjacentes, e que se perspetivavam inicialmente passageiras, e aumentar o risco de instabilidade financeira. As dificuldades das cadeias de abastecimento de bens e a escassez de matérias-primas energéticas, afetadas pelos sucessivos pacotes de sanções, refletiram-se em aumentos significativos de preços, redução do poder de compra e revisão em baixa das perspetivas económicas. Neste contexto, os principais Bancos Centrais deram início a um ciclo de subida de taxas para o qual ainda não se prevê o final.

Os mercados financeiros antecipam, normalmente, o comportamento das economias e, nessa medida, têm sofrido desvalorizações significativas, mas com a particularidade que esta performance negativa ser generalizada a todas as classes de ativos, não se identificando ativos de refúgio. Este comportamento dos mercados refletiu-se, assim, na performance dos diferentes tipos de instrumentos financeiros, e em particular

**SANTANDER ASSET MANAGEMENT – SGOIC, SA**

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6, freguesia de Campolide, 1070-238 Lisboa – Portugal

Tel: 21 370 4000 Fax: 21 370 58 78

Capital Social: € 1.167.358,00 – NIPC : 502 330 597 – C.R.C. Lisboa nº 502 330 597 (anterior 1759)

*DR*  


nos fundos de investimento mobiliário, tendo o efeito de mercado provocado uma diminuição significativa dos volumes geridos globais sob gestão, tendência verificada também nas carteiras geridas pela Sociedade.

A Sociedade manteve um acompanhamento regular e apertado sobre o impacto da deterioração do cenário macroeconómico na sua solvabilidade.

Desde início do ano, as saídas por vendas líquidas negativas e efeito de mercado, colocaram os volumes em menos 15% face ao homólogo. Para a variação negativa, o efeito de mercado teve um impacto de cerca de 72%, não se tendo registado resgates significativos por parte dos clientes, também por efeito do acompanhamento próximo feito com a Rede Comercial e o Private por parte da equipa da SAM, e em conjunto com o Banco Santander.

Face ao período homólogo, as comissões líquidas variaram negativamente ficaram cerca de 12%. Ainda assim, pela reestruturação da oferta de produtos, foi conseguida uma manutenção da margem das comissões brutas face ao orçamento e por comparação com o exercício anterior, o que reflete uma gestão responsável da atividade. Verificou-se ainda uma redução dos custos, face ao homólogo, por esforço de racionalização da gestão.

A estratégia implementada pela Sociedade nos últimos anos, que tinha antecipado a necessidade de executar a sua transformação, quer por via da reestruturação da gama de produtos, melhorando o *fee* médio dos produtos que disponibiliza aos seus clientes, quer pela racionalização da sua estrutura interna, que permitiu-lhe afrontar de forma resiliente o impacto dos desafios significativos deste ano e entrar em 2023 já com perspetivas de retoma do crescimento.

Os diferentes procedimentos implementados pela Sociedade para a monitorização de riscos realizaram-se com as periodicidades definidas nos manuais de procedimentos e nos *Service Level Agreement* acordados com a entidade subcontratada, Santander Asset Management SA, SGIIC ("SAM SGIIC").

Acresce que um pilar fundamental da gestão dos riscos da SAM é a possibilidade de monitorizar os limites internos em tempo real com recurso à aplicação Aladdin, usando regras bloqueantes ex-ante, uma vez definido o apetite de risco de cada produto. Esta aplicação veio dar maior robustez à monitorização efetuada pela segunda linha de defesa da Sociedade.

O seguimento periódico efetuado, nomeadamente no que respeita à gestão do risco de liquidez, o exercício de *time to cash*, o seguimento de ativos menos líquidos e a realização de *stress test* trimestrais, evidenciaram que todos os fundos apresentam resultados que permitem afastar situações de potencial iliquidez, mesmo em situação de resgates massivos.

Para acomodar a elevada volatilidade dos mercados, a área de gestão de investimento implementou uma estratégia defensiva num grande número de carteiras, mantendo alguns fundos posições de liquidez significativas em torno dos 10%, evitando investimento em ativos ilíquidos e aproveitando momentos de recuperação do mercado através da utilização de derivados.

O exercício de *time to cash* permitiu aferir, a todo o momento, a proporção de cada carteira que é transformável em liquidez em determinado horizonte temporal, não se tendo identificado situações de potencial risco.

A monitorização efetuada à qualidade de risco de crédito das carteiras atestou também essa estratégia defensiva. A monitorização efetuada a emissões de baixa qualidade creditícia e/ou de reduzida dimensão tem sido mantida com carácter residual e sob apertado escrutínio dos respetivos emissores. A aplicação de uma política de segmentos *de rating*, de acordo com o perfil de risco de cada carteira, assegurou a dispersão do risco dos emissores selecionados e permitiu a minimização de impactos no caso de ocorrer a degradação da qualidade creditícia de um emissor que não tenha sido antecipada.

**SANTANDER ASSET MANAGEMENT – SGOIC, SA**

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6, freguesia de Campolide, 1070-238 Lisboa – Portugal

Tel: 21 370 4000 Fax: 21 370 58 78

Capital Social: € 1.167.358,00 – NIPC : 502 330 597 – C.R.C. Lisboa n.º 502 330 597 (anterior 1759)



12

Em 2022, a SAM ampliou o seu esforço para a sustentabilidade, transformando a maior parte da sua oferta de produtos. Para isso, foram aplicados critérios financeiros e não financeiros com o objetivo de integrar a sustentabilidade nos investimentos das várias carteiras. Para o efeito, foram utilizados critérios financeiros, ambientais, sociais e de boas práticas de Governance, a fim de obter uma visão mais completa e global dos ativos onde investe em relação à sua sustentabilidade financeira, social e ambiental; e tendo em consideração, de entre outros aspetos, as seguintes características "ASG" (Ambientais, Sociais e Governance).

O ano de 2022 foi também claramente marcado pelas necessárias adaptações da atividade da Sociedade às exigências legais e regulamentares em matérias de Finanças Sustentáveis e produtos *packaged retail investment and insurance products* ("PRIIPs"), que em ambas as componentes obrigaram a desenvolvimentos, novas metodologias, novos procedimentos e até produção de nova documentação até ao final do ano.

Em termos de *Sustainable Finance Disclosure Regulation* ("SFDR"), foram implementadas alterações no processo de decisão de investimento, assentes na abordagem sustentável e responsável do investimento decidida a nível corporativo do Grupo Santander, tendo em consideração aspetos ambientais, sociais e de *governance* ("ASG") nas decisões de investimento e gestão adequada dos riscos e oportunidades (incluindo os relativos à sustentabilidade), sem descuidar os objetivos financeiros definidos.

Foram aprovadas versões atualizadas das políticas internas de Investimento Sustentável e de Sustentabilidade, bem como adaptadas as políticas de Voto e *Engagement* que, em muito, se relacionam com as estratégias ambientais, sociais e de melhores práticas de governo. Do ponto de vista operacional, foi desenvolvida e implementada a metodologia de análise própria para obter uma avaliação sobre o desempenho ASG (classificação/rating ASG) dos ativos que integram ou podem integrar as carteiras dos organismos de investimento coletivo ("OIC") e as carteiras sob mandato de gestão da Sociedade.

Durante este período, vários dos OIC sob gestão mereceram alterações às respetivas políticas de investimento no sentido de permitir a respetiva categorização como produtos Artigo 8º do Regulamento UE nº 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019 ("Regulamento SFDR") e demais regulamentação complementar. Por outro lado, as equipas envolvidas na implementação do Projeto Indicador Sumário de Risco (ISR) foram mobilizadas para a recolha e tratamento dos dados e informações indispensáveis para instruir a elaboração de todos os documentos de divulgação de informação previstos no referido Regulamento SFDR, cujo conteúdo resultou densificado desde a publicação das Normas Técnicas Regulamentares ("RTS"), referentes à apresentação, ao conteúdo, ao reexame e à revisão dos documentos de informação fundamental, previsto no Regulamento nº 2022/1288 da Comissão de 6 de abril de 2022, com o propósito de assegurar o efetivo cumprimento dessas obrigações de divulgação de informação dentro do prazo limite.

Findo o período de exceção aplicável aos organismos de investimento coletivo em valores mobiliários ("OICVM"), que vinha sendo, ao longo dos últimos anos, sucessivamente prorrogado, que, por força do Regulamento (UE) nº 2021/2259 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de dezembro de 2021, fixada como data-limite o dia 31 de dezembro de 2022, em matérias de PRIIPs e RTS as áreas de Marketing e Produto e Riscos & Compliance estiveram concentradas no projeto de preparação dos referidos Documentos de Informação Fundamental - DIF (KID), com o objetivo de dar cumprimento à respetiva divulgação (divulgações pré-contratuais), ou seja, até 1 de janeiro de 2023.

Nos fundos imobiliários, decorrente da estratégia de desinvestimento e da venda de vários imóveis no ano anterior e em 2022, ocorreram reduções de capital nos vários fundos.

No Novimovest foram realizados investimentos destinados à conclusão e licenciamento do projeto de construção do Retail Park de Matosinhos. Não foram efetuadas aquisições de imóveis no ano em análise. Devido às vendas ocorridas em 2021, foi aprovada uma redução de capital, que permitiu uma redução dos custos correntes, nomeadamente dos custos com a comissão de gestão.

**SANTANDER ASSET MANAGEMENT – SGOIC, SA**

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6, freguesia de Campolide, 1070-238 Lisboa – Portugal

Tel: 21 370 4000 Fax: 21 370 58 78

Capital Social: € 1.167.358,00 – NIPC : 502 330 597 – C.R.C. Lisboa nº 502 330 597 (anterior 1759)

DR  
P/h  
13

No fundo Lusimovest, com objetivo a libertação do excesso de liquidez e restituição parcial do investimento dos participantes, foi aprovada, durante o ano, uma redução do capital do Fundo, por redução do valor nominal das unidades de participação em circulação.

No Imorent, as vendas de imóveis no 1º semestre 2022, geraram um excesso de liquidez e o incumprimento dos limites legais de composição da carteira do Fundo. Foi também aprovada uma redução de capital, por redução do valor nominal das unidades de participação. A 15 de junho de 2022, a sociedade gestora solicitou autorização à CMVM, para deter, transitoriamente, uma estrutura patrimonial que não respeite o estabelecido na alínea a) do nº 1 do artigo 2111º do RGOIC, nos termos do nº 6 do referido artigo 211º. A 2 de setembro de 2022, a CMVM deferiu o pedido, permitindo a manutenção de uma estrutura patrimonial distinta até 28 de fevereiro de 2023.

Por último, foi deliberada em 25 de outubro de 2022 em Assembleia Geral de Participantes a dissolução e liquidação do Imorecuperação – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, com efeito a 31 de dezembro de 2022. A decisão de dissolução e liquidação antecipada do Imorecuperação assentou no facto do mesmo já não dispor de ativos imobiliários que integrassem a sua carteira, não se justificando a manutenção do remanescente prazo da sua duração até ao respetivo termo. No âmbito da liquidação do Imorecuperação, ocorrida a 31 de dezembro de 2022, foi transferido, em janeiro de 2023, o montante de 397 538 euros para a Sociedade para fazer face eventuais a responsabilidades futuras decorrentes do processo em curso.

DR  
  
h

## Principais indicadores da atividade

(montantes em euros)

	2022	2021
<b>Balanço</b>		
Ativo	16 085 704	17 648 861
Capital Próprio	12 504 997	12 761 227
<b>Demonstração dos Resultados:</b>		
Margem Financeira	2 928	704 225
Serviços e Comissões (líquido)	9 397 819	10 638 196
Outros resultados	18 975	(297 569)
Produto Bancário	9 419 722	11 044 852
Custos Operacionais	(4 240 559)	(4 421 680)
Amortizações e provisões	(12 091)	(91 718)
Impostos	(1 394 611)	(1 120 774)
Resultado Líquido do Exercício	3 772 461	5 410 680
Volume sob Gestão	8 108 749 439	9 553 229 614
Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	30%	42%
Rentabilidade do Activo (ROA)	23%	31%
Cost to Income	45%	40%

Volumes (euros)	2022	2021	Variação	Nº Fundos / Carteiras
Fundos Mobiliários	2 637 500 346	3 287 595 447	-20%	19
Fundos Imobiliários	284 799 964	344 561 675	-17%	4
Gestão Patrimónios (*)	5 186 449 129	5 921 072 492	-12%	414
	<b>8 108 749 439</b>	<b>9 553 229 614</b>	<b>-15%</b>	<b>437</b>

(\*) Inclui Carteiras de Seguros (Santander Totta Seguros), Clientes de Mandato e Fundos de Pensões

Em 2022, o mercado de Fundos de Investimento Mobiliário ("FIM") registou uma redução do volume sob gestão de 13,8%, a que corresponde 2 686 milhões de euros. A SAM gere dezanove fundos de investimento mobiliário ("OICVM" e "OIAVM"), sendo a sua quota de mercado de 15,41% em 2022. No final do ano, o volume de FIM sob gestão da Sociedade é de 2 638 milhões de euros.

**SANTANDER ASSET MANAGEMENT – SGOIC, SA**  
 Sede: Rua da Mesquita, n.º 6, freguesia de Campolide, 1070-238 Lisboa – Portugal  
 Tel: 21 370 4000 Fax: 21 370 58 78  
 Capital Social: € 1.167.358,00 – NIPC : 502 330 597– C.R.C. Lisboa nº 502 330 597 (anterior 1759)



Com a forte volatilidade dos mercados, a SAM viu os seus volumes reduzirem-se significativamente. Para conter as vendas líquidas negativas, foram encetadas várias iniciativas com a Rede Comercial e com o Private e em conjunto com o Banco. Para isso, foi levado a cabo o roadshow SAM Investment day, com 12 eventos de dois dias. Foram também feitos 4 webinars de seleções de mercado e produto, cobrindo os desenvolvimentos mais recentes e o impacto na oferta de produtos SAM. Adicionalmente, foram direcionadas 54 reuniões com a equipa de especialistas em Investimentos do Banco. Ocorreram mais de 180 reuniões diretas com clientes, foi contratado um novo gestor comercial para atender Private Bankers e clientes de Private Banking. Foram feitas 12 atualizações de mercado e produtos, fornecendo detalhes sobre a alocação de portfólios, 94 relatórios de clientes individuais, com integração de posicionamento, suporte a todas as ofertas da Santander Totta Seguros e apresentação de novas soluções, com foco na educação de *trade finance*.

Visando a contínua melhoria na qualidade do serviço, o portal SAM Conecta continuou a ser uma aposta constante. A partir do mesmo, são produzidos relatórios diários que visam manter os seus utilizadores atualizados, relatórios semanais sobre fundos de investimento, estratégias do momento e notas de mercado especiais

Foi lançado um novo produto em final de outubro de 2022, o Santander Aforro, fundo de obrigações flexível em formato de Poupança Reforma, que investe em carteiras diversificadas de títulos, privados e públicos, sem restrições regionais e que promove características ambientais e sociais, atrativo no atual contexto de taxas de juro elevadas.

Está também previsto o lançamento de novos produtos *buy&hold* no início do ano 2023, em formato de fundo de investimento e unit-linked, com o objetivo de manter os títulos até ao vencimento, para garantir o rendimento do investimento, sendo que o atual ambiente de taxas permite garantir um rendimento atrativo com juros e risco de crédito baixo.

De referir também que foi lançada, nas sucursais de retalho do Banco (balcões), uma nova plataforma do Banco Santander para a distribuição de fundos domiciliados no Luxemburgo, com objetivo de numa primeira fase, oferecer fundo SAM complementares à gama atual. Foi lançado globalmente o fundo Santander Prosperity Fund ("RED").

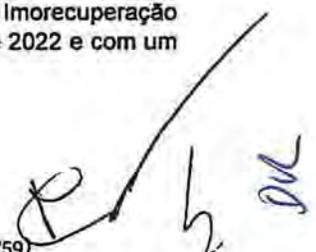
Em termos das normativas PRIIPs e SFDR, foi adequada toda a documentação legal dos fundos de investimento. Mais de 60% dos fundos foram transformados em artigo 8º, estando previsto que sejam 85% no primeiro trimestre de 2023.

Na área de gestão de patrimónios, as carteiras sob gestão registaram uma diminuição de volume de cerca de 12%, totalizando 5.186 milhões de euros no final do ano de 2022. A Sociedade conseguiu, no entanto, aumentar a quota de mercado de 20,8% em 2021 para 21,19% em 2022.

Destaque para o Fundo de Pensões do Santander em Portugal que foi distinguido, pelo segundo ano consecutivo, com o prémio de "Melhor Fundo de Pensões em Portugal 2022" pela prestigiada revista britânica *IPE - Investments & Pensions Europe*, no âmbito do evento *IPE Conference & Awards 2022*.

Em 26 outubro de 2022, a Santander Pensões assumiu, em adição, a gestão dos ativos do Fundo de Pensões BANIF, tendo incorporado o mesmo, através de aditamento, no contrato de gestão existente entre as sociedades.

No que respeita ao mercado total dos Fundos de Investimento Imobiliário ("FII"), em 2022, as rendibilidades na maioria dos fundos abertos mantiveram-se em valores acima dos 3%. Durante o ano de 2022, a SAM manteve quatro fundos fechados sob gestão, anunciando aos seus participantes a liquidação do fundo Imorecuperação a 31 de dezembro de 2022. A sua quota de mercado passou de 3,3% para 2,58% no final de 2022 e com um



volume total de 285 milhões de euros. Em 2022, a Sociedade manteve-se empenhada em manter a estratégia de alienação de imóveis.

Nos fundos imobiliários, a Sociedade, após a venda de vários imóveis, procedeu a reduções de capital no valor total de 64,4 milhões de euros, nomeadamente no Novimovest FIIF no valor de 40,4 milhões de euros, no Lusimovest FII no valor de 20,4 milhões de euros, no Fundo Imobiliário Fechado Imorent no valor de 2,9 milhões de euros e 0,7 milhões de euros no Fundo Imorecuperação.

Em Portugal, o valor dos ativos sob gestão dos Fundos Imobiliários, em 2022, subiu para 11 042 milhões de euros (tinha sido de 10 924 milhões de euros em 2021). No ano de 2022, o valor líquido global dos Fundos Imobiliários geridos pela SAM diminuiu 17,4% para 285 milhões de euros, em resultado das reduções de capital referidas, tendo a quota de mercado descido de 3,3% para 2,58%.

O total de ativos geridos passou de 9 553 229 614 euros, no final de 2021, para 8 108 749 444 euros, no final de dezembro de 2022. As comissões líquidas diminuíram 12%, na sequência da redução de volumes.

Face a 2021, o resultado líquido da Sociedade diminuiu 30% para o qual contribuiu a redução das comissões recebidas, em resultado da redução dos volumes sob gestão, o aumento das comissões pagas, em resultado da revisão do *pricing* aplicável à categoria de fundos Select, por reestruturação das políticas de investimento, e ao facto de, em 2021, terem sido registados vários proveitos fiscais relativamente a reclamações referentes a processos associados ao exercício de 2011. Paralelamente, a Sociedade assegurou uma boa gestão dos seus custos, acabando por fechar o ano em cerca de 2% abaixo do homólogo, que resultam essencialmente de menor volume relativo a custos com pessoal, por reorganização da equipa e, essencialmente, devido à alteração dos órgãos sociais.

A Sociedade viu os seus rácios de rentabilidade do Capital Próprio e do Ativo reduzirem ligeiramente, mas melhorou a eficiência dos seus recursos, o que é visível pela relação entre os gastos e os rendimentos.

### **Factos relevantes**

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções impostas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos 12 meses do corrente ano, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 425 pontos base, enquanto o Banco Central Europeu eliminou a sua política de juro negativo com uma subida de 250 pontos base.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se no pior ano de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. No decorrer de 2022 o pico de inflação nos EUA e Europa parecem ter sido alcançados, no entanto, a resiliência dos mercados laborais continua a traduzir-se numa retórica restritiva por parte dos Bancos Centrais, receosos de uma segunda vaga de subida de preços, o que deverá manter a aversão ao risco na primeira metade de 2023.



### **Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022**

O Conselho de Administração da Sociedade acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Sociedade e o seu impacto foi moderado, que reflexo na redução dos ativos sob gestão, por desvalorização de mercado.

### **Reconsideração da Continuidade**

O Conselho de Administração da Sociedade continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações da Sociedade.

### **Perspetivas para 2023**

No atual contexto macroeconómico, marcado pela subida dos níveis de taxa de juro, foi necessário adaptar a oferta de produtos.

Assim, a SAM continuará a encontrar soluções de investimento que procurem adaptar-se às condições do mercado, e que sejam simultaneamente inovadoras, como produtos que invistam em empresas tecnológicas, que serão o futuro da economia, ou soluções de investimento que cumpram os critérios de investimento ASG.

Em 2023, a Sociedade vai continuar a trabalhar no sentido de desenvolver a gama de produtos que promovem características sociais e ambientais e espera assim conseguir transformar mais uma parte da gama de fundos para que passem a incorporar na gestão critérios ASG.

A Sociedade pretende recuperar a quota de mercado e tornar-se na terceira maior entidade gestora de fundos mobiliários.

As transformações continuarão a ter por base um projeto global, levado a cabo com a missão de transformar a SAM numa empresa global, mais ágil, mais organizada e ainda mais eficiente. Pretende-se ainda consolidar a supervisão dos riscos.

### **Factos relevantes após o termo do exercício**

Como já referido, foi deliberada em 25 de outubro de 2022 em Assembleia Geral de Participantes a dissolução e liquidação do Imorecuperação – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, com efeito a 31 de dezembro de 2022. A decisão de dissolução e liquidação antecipada do Imorecuperação assentou no facto do mesmo já não dispor de ativos imobiliários que integrassem a sua carteira, não se justificando a manutenção do remanescente prazo da sua duração até ao respetivo termo. No âmbito da liquidação do Imorecuperação, ocorrida a 31 de dezembro de 2022, foi transferido, em janeiro de 2023, o montante de 397 538 euros para a Sociedade para fazer face eventuais a responsabilidades futuras decorrentes do processo em curso. Adicionalmente, decorrente da referida liquidação, a Sociedade, enquanto fiel depositária, acompanhará os processos de recuperação de saldos a receber de rendas vencidas e outros débitos, cujos processos judiciais para a sua recuperação se mantêm em curso, no montante de 336 936 euros.



Não ocorreram outros eventos subsequentes que afetem as demonstrações financeiras apresentadas e devessem ser registados e/ou divulgados.

### **Objetivos e políticas em matéria de gestão dos riscos financeiros**

A Sociedade realiza uma análise e avaliação periódicas sobre os principais riscos financeiros existentes a que se encontra exposta no âmbito da sua atividade: risco de crédito, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de mercado e risco cambial; considerando que, para todos estes, existe baixa exposição, pela especificidade e características da mesma.

A Sociedade considera que, face à sua atividade, a exposição ao risco de crédito é reduzida limitando-se ao Banco Santander Totta, aos fundos geridos e clientes de gestão de carteiras relativamente às comissões de gestão a receber. De referir que os ativos da Sociedade correspondem essencialmente a depósitos à ordem, a depósitos a prazo, títulos de dívida pública e a comissões a receber dos fundos geridos.

Por outro lado, a Sociedade considera ainda que não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a *funding*.

Tendo em conta a atividade que desenvolve, a Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De referir que aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem e a prazo junto do Banco Santander Totta.

A Sociedade considera que não tem exposição direta ao risco de mercado. Esta exposição está presente apenas na esfera dos fundos de investimento geridos e nas carteiras de patrimónios de clientes e que, por esta via, poderão afetar indiretamente os resultados da Sociedade.

Por último, a Sociedade entende que não se encontra exposta ao risco cambial. Os ativos da Sociedade, conforme referido acima, correspondem essencialmente a depósitos à ordem, depósitos a prazo, títulos de dívida pública e a comissões a receber e encontram-se denominados em euros.

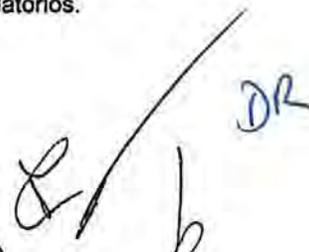
### **Proposta de aplicação de resultados**

O Conselho de Administração propõe para aplicação do resultado líquido do exercício de 2022, no total de 3 772 460,59 euros, a distribuição da totalidade do resultado do exercício, sob a forma de dividendos, ao Acionista único.

A Reserva legal encontra-se devidamente acautelada e acima dos requisitos previstos no artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais não sendo, assim, aplicável qualquer dotação para este efeito. Adicionalmente, a distribuição da totalidade do resultado não coloca em risco o cumprimento de qualquer indicador e requisitos regulatórios.

### **Proposta de distribuição de resultados transitados**

Adicionalmente à proposta de aplicação de resultados, o Conselho de Administração propõe que sejam distribuídos resultados transitados, sob a forma de dividendos, no montante de 3 227 539,41 euros, ao Acionista único. Esta proposta não coloca em risco o cumprimento de qualquer indicador e requisitos regulatórios.

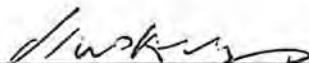
 DR

## **Nota Final**

O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para os resultados verificados, nomeadamente:

- Ao Banco Santander Totta, por todo o seu contributo e empenhamento;
- Aos colaboradores da Sociedade pela sua dedicação e esforço;
- Às entidades de supervisão, nomeadamente CMVM e à Associação do Setor, APFIPP, pelo apoio prestado nas frequentes relações mútuas;
- Aos órgãos sociais da Sociedade, conselho fiscal e revisor oficial de contas, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções.

Lisboa, 13 de fevereiro de 2023

  
\_\_\_\_\_

Nuno Miguel de Oliveira Henriques

  
\_\_\_\_\_

Luis Manuel Matos Figueiredo

  
\_\_\_\_\_

Diego Ruiz Reija

\_\_\_\_\_

Lázaro de Lázaro Torres

  
\_\_\_\_\_

Maria Otilia Gonçalves Mendeiros Casquilho (Independente)

**SANTANDER ASSET MANAGEMENT – SGOIC, SA**

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6, freguesia de Campolide, 1070-238 Lisboa – Portugal

Tel: 21 370 4000 Fax: 21 370 58 78

Capital Social: € 1.167.358,00 – NIPC : 502 330 597 – C.R.C. Lisboa nº 502 330 597 (anterior 1759)

SANTANDER ASSET MANAGEMENT - SGOIC, S.A

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em euros)

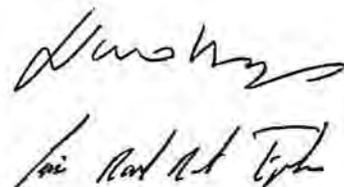
		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ATIVO	Notas	Valor líquido	Valor líquido
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	13 223 520	15 100 213
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados		7 495	6 086
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5	302 554	338 929
Outros ativos tangíveis	6	35 074	24 065
Ativos intangíveis	6	-	2 679
Ativos de contratos com clientes	7	2 298 279	2 097 099
Outros ativos	8	69 940	112 087
Ativos por impostos correntes	9	148 842	3 703
Total do Ativo		<u>16 085 704</u>	<u>17 684 861</u>
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Passivos por impostos correntes	9	-	626 778
Provisões	10	1 464 575	1 478 188
Outros passivos	11	2 116 132	2 818 668
Total do Passivo		<u>3 580 707</u>	<u>4 923 634</u>
Capital	12	1 167 358	1 167 358
Prémios de emissão	13	1 379 680	1 379 680
Outras reservas e resultados transitados	14	6 217 434	4 806 754
Reservas de reavaliação	14	(31 936)	(3 245)
Resultado líquido do exercício		3 772 461	5 410 680
Total do Capital Próprio		<u>12 504 997</u>	<u>12 761 227</u>
Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>16 085 704</u>	<u>17 684 861</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




SANTANDER ASSET MANAGEMENT - SGOIC, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em euros)

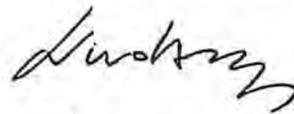
	Notas	2022	2021
Juros e rendimentos similares	17	2 928	704 225
Juros e encargos similares		-	-
<b>Margem financeira</b>		<b>2 928</b>	<b>704 225</b>
Rendimentos de serviços e comissões	18	16 206 899	16 535 526
Encargos com serviços e comissões	18	(6 809 080)	(5 897 330)
Resultados em operações financeiras		-	(3 748)
Resultados de reavaliação cambial		(2 818)	4 229
Outros resultados de exploração	19	21 793	(298 050)
<b>Produto da atividade</b>		<b>9 419 722</b>	<b>11 044 852</b>
Custos com pessoal	20	(1 814 565)	(2 237 400)
Gastos gerais administrativos	22	(2 425 994)	(2 184 280)
Depreciações e amortizações	6	(25 704)	(40 897)
Provisões líquidas de reposições e anulações	10	13 613	(50 821)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>5 167 072</b>	<b>6 531 454</b>
Impostos sobre o rendimento	23	(1 394 611)	(1 120 774)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>3 772 461</b>	<b>5 410 680</b>
Resultados por ação			
Básicos	15	3,23	4,63
Diluídos	15	3,23	4,63

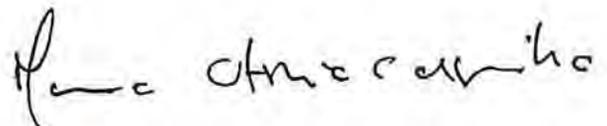
O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração







SANTANDER ASSET MANAGEMENT - SGOIC, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em euros)

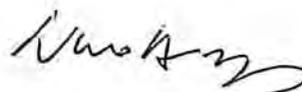
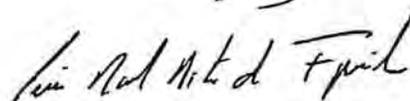
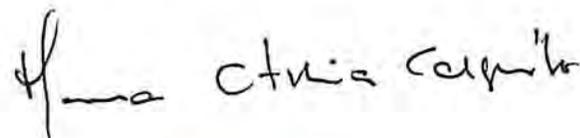
	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado líquido do exercício		<u>3 772 461</u>	<u>5 410 680</u>
Itens ainda não reconhecidos na demonstração dos resultados			
Variações no justo valor dos ativos financeiros			
- Pelo justo valor através de outro rendimento integral	14	(28 691)	(1 066)
- Impacto fiscal		-	-
Total		<u>(28 691)</u>	<u>(1 066)</u>
Rendimento integral do exercício		<u>3 743 770</u>	<u>5 409 614</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


SANTANDER ASSET MANAGEMENT - SG00C.S.A  
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em euros)

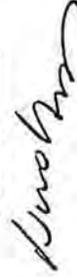
Notas	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação			Reservas e resultados transferidos			Resultado líquido do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	Per imposto diferido	Total de reservas de reavaliação	Reservas legais	Resultados transferidos	Total de reservas e resultados transferidos		
	1 187 335	1 379 640	(2 179)	-	(2 179)	1 282 532	577 511	1 860 043	2 946 711	7 351 613
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 946 711)	-
Aplicação do resultado de 2020:	-	-	(1 066)	-	(1 066)	-	2 946 711	2 946 711	5 410 030	5 409 614
- Transferência para Reservas e Resultados Transferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado integral do exercício	-	-	(3 245)	-	(3 245)	1 282 532	3 524 222	4 806 754	5 410 030	12 781 227
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	(4 000 000)	(4 000 000)
Aplicação do resultado de 2021:	-	-	-	-	-	-	1 410 690	1 410 690	(1 410 690)	-
- Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	3 772 461	3 743 770
- Transferência para Reservas e Resultados Transferidos	-	-	(28 691)	-	(28 691)	-	-	-	-	-
Resultado integral do exercício	-	-	(31 936)	-	(31 936)	1 282 532	4 924 902	6 217 434	3 772 461	12 004 897
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1 187 335	1 379 640	-	-	-	1 282 532	4 924 902	6 217 434	3 772 461	12 004 897

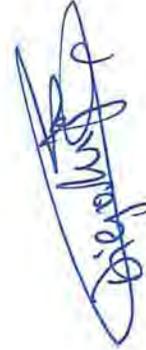
O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





Maria Cláudia Casqueira

SANTANDER ASSET MANAGEMENT - SGOIC, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em euros)

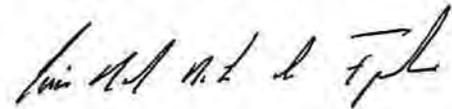
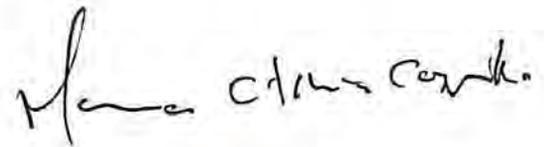
	Notas	2022	2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimento de comissões, líquido		9 016 471	11 648 489
Pagamentos a fornecedores		(2 223 723)	(3 687 930)
Pagamentos ao pessoal, líquido		(2 039 501)	(2 379 951)
Fluxos de caixa líquidos gerados pelas operações		4 753 247	5 580 608
Recebimentos/(pagamentos) de imposto sobre o rendimento		(2 166 527)	1 244 621
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(440 609)	(134 760)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	[1]	2 146 111	6 690 469
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Outros depósitos bancários	4	-	2 000 000
Juros e proventos similares		2 066	675 437
Alienação/reembolso de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		9 330	274 982
		11 396	2 950 419
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	(349 903)
Aquisição de outros ativos tangíveis		(34 200)	(5 807)
		(34 200)	(355 710)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	[2]	(22 804)	2 594 709
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(4 000 000)	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	[3]	(4 000 000)	-
Varição de caixa e seus equivalentes	[1]+[2]+[3]	(1 876 693)	9 285 178
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3	15 100 213	5 815 035
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3	13 223 520	15 100 213

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


**NOTA INTRODUTÓRIA - ATIVIDADE ECONÓMICA**

A Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (“Sociedade” ou “SAM”), constituída por escritura de 27 de dezembro de 1989, tem por objeto social o exercício das seguintes atividades:

- Gestão de instituições de investimento coletivo mobiliário;
- Gestão de carteiras por conta de outrem, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- Gestão e representação de organismos de investimento imobiliário (OII);
- Gestão de organismos de investimento alternativo em valores mobiliários (OIAVM) e
- Gestão de organismos de investimento alternativo (OIA), nomeadamente fundos de capital de risco.

No dia 26 de março de 2020, foi concretizada a aquisição, pela Santander Asset Management UK Holdings Limited (“LATCO”), da participação qualificada correspondente a 100% do capital social da Santander Asset Management – SGOIC, S.A., ao abrigo da decisão de não oposição adotada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 11 de março. A LATCO é uma sociedade de direito Inglês detida indiretamente a 100% pelo Banco Santander, S.A., em Espanha, pelo que este continua também a ser, por esta via, o titular da totalidade do capital social da Santander Asset Management – SGOIC, S.A..

Na sequência da operação referida, a nova acionista única da Sociedade, aprovou por unanimidade em Assembleia Geral, ao abrigo do disposto nos artigos 97.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”) a operação de fusão, por incorporação, da Popular Gestão de Activos – SGOIC, S.A. (“Popular Gestão de Activos”), cujo registo definitivo teve como consequências, em particular:

- (i) a transmissão da totalidade do património da Popular Gestão de Activos para a Sociedade; e
- (ii) a extinção, sem entrada em liquidação, da Popular Gestão de Activos nos termos do artigo 112.º alínea a) do CSC. Os efeitos da fusão reportaram-se a 31 de março de 2020.

A partir desta data, os seis fundos mobiliários até aí geridos pela Popular Gestão de Activos passaram a ser diretamente representados e administrados pela Sociedade. Quatro destes fundos foram, no decorrer do exercício de 2021, fusionados em outros fundos geridos pela Sociedade. Em janeiro de 2022, concretizaram-se as operações de fusão dos restantes dois fundos, Popular Global 50 - Fundo de Investimento Aberto Misto e Popular Global 75 - Fundo de Investimento Aberto de Ações, no Santander Select Dinâmico - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade era responsável pela gestão de 19 Fundos de Investimento Mobiliário (“FIM’s”) conforme a tabela abaixo:

Descrição	Tipo	Prazo	Data de autorização
Santander Ações América (*)	Aberto	Indeterminado	16/04/1998
Santander Ações Europa	Aberto	Indeterminado	06/05/1999
Santander Aforro PPR	Aberto	Indeterminado	26/08/2022
Santander Carteira Alternativa	Aberto	Indeterminado	30/03/2004
Santander Carteiras Conservador	Aberto	Indeterminado	07/05/2019
Santander Investimento Global (*)	Aberto	Indeterminado	30/09/1991
Santander Multicrédito	Aberto	Indeterminado	06/03/2013
Santander Multi-Estratégia (*)	Aberto	Indeterminado	05/03/2021
Santander Obrigações Curto Prazo	Aberto	Indeterminado	04/05/1991
Santander Poupança Prudente FPR	Aberto	Indeterminado	10/05/2001
Santander Poupança Valorização FPR	Aberto	Indeterminado	23/11/1989
Santander Private Defensivo	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Private Dinâmico	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Private Moderado	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Rendimento (*)	Aberto	Indeterminado	26/11/2018
Santander Select Defensivo	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Select Dinâmico	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Select Moderado	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Sustentável	Aberto	Indeterminado	26/11/2018

(\*) fundo feeder

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

Por outro lado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade foi igualmente responsável pela gestão dos seguintes Fundos de Investimento Imobiliário ("FII's"):

- . Lusimovest – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado ("Lusimovest");
- . Novimovest – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado ("Novimovest");
- . Imorecuperação – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado ("Imorecuperação");
- . Imorent - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado ("Imorent").

Em 31 de dezembro de 2022, foi concluída a liquidação do Imorecuperação.

No que se refere à atividade de gestão de patrimónios, os serviços são, essencialmente, prestados a entidades relacionadas do Grupo Santander, conforme indicado na Nota 16.

O ano de 2022 ficou marcado pela agitação nos mercados financeiros, com a inflação acima do esperado e a persistência da guerra na Ucrânia a concentrarem a maior parte da atenção dos investidores.

Ao contrário dos últimos anos, que se caracterizaram por movimentos uniformes de subida ou descida nas diferentes classes de ativos e depois de um 2021 marcado pelo efeito da pandemia COVID-19, 2022 trouxe uma nova realidade, com a grande maioria de ativos de taxa de juro a desvalorizarem significativamente e os mercados a anteciparem a crise.

Para a Sociedade, o ano foi de redução dos ativos sob gestão, por efeito das vendas líquidas negativas e desvalorização do mercado. Nesta segunda componente, a Sociedade acabou por perder mais de mil milhões de euros, o que representou cerca de 72% da variação total face ao homólogo.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o total de ativos sob gestão foi de 8 108 749 439 euros e 9 553 229 614 euros, respetivamente (ver Nota 16).

## 1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Sociedade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou cujos pressupostos e estimativas são significativos para a preparação, das mesmas encontram-se apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2023, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

#### Comparabilidade

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2022, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2021.

1.2. Adoção de Normas e Interpretações novas, alteradas ou revistas

Durante o exercício de 2022 a Sociedade considerou e, conforme aplicável, adotou as seguintes alterações às normas endossadas pela União Europeia de aplicação obrigatória pela primeira vez no início do exercício:

**IFRS 16 (alteração) - Locações** - A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. Não se verificaram impactos para a Sociedade, decorrentes da alteração referida.

**IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento** - Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Não se verificaram impactos para a Sociedade, decorrentes da alteração referida.

**IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato** - Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Não se verificaram impactos para a Sociedade, decorrentes da alteração referida.

**IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual** - Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Não se verificaram impactos para a Sociedade, decorrentes da alteração referida.

**Melhorias às normas 2018 – 2020.** Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Decorrente das melhorias introduzidas às normas indicadas, não se verificaram impactos na prestação de informação financeira da Sociedade.

**Novas normas e alterações publicadas, já endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023:**

Norma	Descrição	Data efetiva
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas".	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação	1 de janeiro de 2023

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023

**Novas normas e alterações publicadas, ainda não endossadas pela União Europeia, que se tornam efetivas em ou após 1 de janeiro de 2024:**

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
IAS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

Decorrente da adoção futura das novas normas e alterações referidas, e após análise da aplicabilidade das mesmas à atividade da Sociedade, não se esperam impactos significativos para a mesma.

### 1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" apresentada na demonstração de fluxos de caixa, engloba os saldos registados no balanço relativos a aplicações que apresentam maturidade desde o momento inicial igual ou inferior a 3 meses, liquidez elevada e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor, onde se incluem as "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

#### b) Instrumentos financeiros

##### i) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo é classificado ao justo valor através de outro rendimento integral (JVRI) se forem satisfeitas as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida. Um ganho ou perda resultante de um ativo financeiro mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral deve ser reconhecido em outro rendimento integral, exceto no caso de ganhos ou perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais até que o ativo financeiro seja anulado ou reclassificado.

No momento do desreconhecimento, os ganhos e as perdas acumuladas, anteriormente reconhecidas nos outros rendimentos integrais são transferidos dos outros rendimentos integrais (capital próprio) para resultados.

c) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

A amortização dos ativos tangíveis é calculada com base no método das quotas constantes, por duodécimos, ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	<u>Anos</u>
Mobiliário e material	6 a 10
Máquinas e ferramentas	5 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento informático	3 a 5
Equipamento de transporte	4

As obras em edifícios arrendados são amortizadas durante um período médio de 5 anos, correspondente à sua utilidade esperada.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, as despesas relacionadas com a aquisição de *software*. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

e) Especialização de exercícios

Os proventos e custos, incluindo os juros e comissões, são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

f) Comissões

- i) Comissão de gestão (FIM's e FIL's) - Corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão do património dos FIM's, dos FIL's.

No dia 1 de janeiro de 2020, com a entrada em vigor das alterações ao Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), publicadas pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro de 2019, as comissões de comercialização passaram a poder ser pagas diretamente pelos fundos às entidades comercializadoras. Esta alteração traduziu-se numa variação da rubrica relativa às comissões de gestão, que passaram a considerar apenas os valores da comissão de gestão afetos exclusivamente à Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

- Fundos de investimento mobiliário

Esta comissão é cobrada mensalmente por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão sobre o valor líquido global diário de cada fundo (compreendida entre 0,20% e 3,60%). O Fundo Santander Carteira Alternativa encontra-se isento desta comissão no período compreendido entre 30 de abril de 2013 e 31 de dezembro de 2022.

- Fundos de investimento imobiliário

Lusimovest - Esta comissão é cobrada mensalmente e calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 1,125% sobre o património líquido do fundo.

Novimovest - Esta comissão é cobrada mensalmente e calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 1,125% sobre o património líquido do fundo.

Imorecuperação - Esta comissão foi cobrada mensalmente e calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,75% sobre o valor dos imóveis do fundo.

Imorent - Esta comissão é cobrada mensalmente e calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,45% sobre o valor do ativo total do fundo no último dia de cada mês.

As referidas comissões de gestão são registadas na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

ii) Comissões de performance:

A Sociedade cobra ainda comissões de *performance* nos seguintes ativos sob gestão:

- Fundos de investimento mobiliário:

Santander Carteira Alternativa - Para efeitos de apuramento da comissão de *performance*, no final do ano será considerada a média aritmética da Euribor a 3 meses diária. O fundo esteve isento desta comissão no período compreendido entre 30 de abril de 2014 e 31 de dezembro de 2022.

- Clientes Institucionais – Fundo de Pensões Petrogal:

Caso, no ano em avaliação, a Sociedade venha a registar uma rentabilidade superior à rentabilidade da carteira de referência do mandato (*benchmark*), receberá uma *performance fee* resultante da aplicação, sobre o valor médio anual dos ativos por si geridos naquele ano, de uma taxa correspondente a 15% da diferença entre a rentabilidade da quota-parte da carteira do fundo abrangida pelo mandato da Sociedade e a rentabilidade do respetivo *benchmark*, apurada no último dia do ano em avaliação. O valor médio da quota-parte da carteira sob gestão será calculado com base no valor dos ativos geridos no último dia de cada mês.

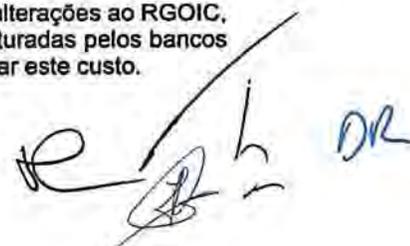
Caso, no ano em avaliação, a Sociedade venha a registar uma rentabilidade igual ou inferior à rentabilidade do *benchmark*, a *performance fee* será nula.

As comissões de *performance* recebidas pela Sociedade são registadas na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

iii) Comissão de comercialização

- Fundos de investimento mobiliário e Imobiliário

A partir do dia 1 de janeiro de 2020, com a entrada em vigor das alterações ao RGOIC, as comissões de comercialização passaram a ser diretamente faturadas pelos bancos distribuidores aos fundos, pelo que a Sociedade deixou de suportar este custo.



iv) Comissões por serviços de gestão de carteiras

A Sociedade cobra comissões por serviços de gestão de carteiras de acordo com o preçário contratado com os seus clientes particulares e institucionais, entre os quais se consideram as seguintes entidades do Grupo: Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Santander Pensões"), Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. ("Santander Totta Seguros") e Banco Santander Totta, S.A. ("Banco Santander Totta").

Em janeiro de 2002 a Sociedade celebrou um contrato com a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Santander Totta Seguros), através do qual ficou encarregue da gestão de um conjunto de carteiras de ativos mobiliários afetos a produtos comercializados por aquela entidade. Para o cálculo desta comissão é aplicada uma taxa que incide sobre o valor das carteiras geridas, acrescida do valor correspondente à taxa de supervisão a pagar à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM"). A taxa de comissão acordada varia entre 0,015% e 0,175%, consoante a natureza da carteira gerida.

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou com a Santander Pensões um contrato mediante o qual a Santander Pensões atribuiu à Sociedade um mandato para a gestão dos ativos dos fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão (Fundo de Pensões Banco Santander Totta e Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa). Este contrato define uma remuneração mensal a receber pela Sociedade como contrapartida dos serviços prestados correspondente a 0,13% do valor médio da carteira no final de cada mês. O referido contrato foi aditado em 27 de outubro de 2022, de forma a prever, em adição, a gestão do Fundo de Pensões BANIF, mantendo inalterada a metodologia de contrapartida pelo serviço existente.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado, para além das comissões de gestão referidas, a Santander Pensões passará a pagar à Sociedade uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos fundos de pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais (comissão adicional).

A partir de 1 de abril de 2018, a Sociedade passou a cobrar comissões de gestão ao Banco Santander Totta, resultantes da delegação de gestão de carteiras de clientes do Banco. Esta comissão varia entre 30% e 100% da comissão total cobrada pelo Banco aos clientes e é calculada trimestralmente.

Para além dos mandatos de gestão acima referidos, a Sociedade mantém a gestão direta de patrimónios de um conjunto de clientes. Esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual (fixada no respetivo contrato de gestão de carteiras) sobre o valor dos respetivos patrimónios sob gestão.

As referidas comissões de gestão são registadas na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

v) Comissões a pagar pela gestão de ativos e serviços de consultoria

Refere-se às comissões a pagar à Santander Asset Management, S.A., Sociedad Gestora de Instituciones de Inversión Colectiva ("SAM SGIIC"), e à Santander Asset Management UK Limited ("SAM UK"), duas empresas do Grupo Santander, no âmbito de dois contratos celebrados entre a Sociedade e estas entidades do Grupo:

- O *Investment Management Agreement* ("IMA") celebrado em abril de 2012, através do qual se subcontratou as funções de gestão das carteiras dos fundos de investimento mobiliário e fundos de pensões à SAM SGIIC e à SAM UK. O acordo foi revisto a 16 de junho de 2020, tendo sido definido que, pela gestão delegada, seria paga uma comissão de gestão pela Sociedade à SAM SGIIC e à SAM UK. A 6 de Setembro de 2021, a gestão passou a estar novamente e, em exclusivo, na SAM SGIIC. Em novembro de 2022, o IMA foi revisto, resultando na atualização das taxas cobradas nos produtos Select. Em 2022, pelos serviços prestados, a SAM SGIIC cobra uma comissão anual à Sociedade,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

a qual incide sobre o valor médio dos ativos geridos, calculada e cobrada mensalmente, de acordo com a seguinte grelha:

Carteira	Taxa de Comissão Anual
Fundos de Pensões – Santander Pensões	0,11%
Mandatos Delegados BST	0,08%
Mandatos Directos	0,13%
Santander Acções Europa	0,21%
Santander Aforo PPR	0,09%
Santander Carteira Alternativa	0,00%
Santander Carteiras Conservador	0,09%
Santander Investimento Global	0,08%
Santander MultiCrédito	0,09%
Santander Obrigações Curto Prazo	0,04%
Santander Poupança Prudente FPR	0,09%
Santander Poupança Valorização FPR	0,12%
Santander Private Defensivo	0,16%
Santander Private Dinâmico	0,22%
Santander Private Moderado	0,19%
Santander Select Defensivo	0,16%
Santander Select Dinâmico	0,22%
Santander Select Moderado	0,19%
Santander Sustentável	0,12%
Santander Totta Seguros	0,02%

- Os fundos *feeders* não estão abrangidos pelo *Investment Management Agreement*.
- O "*Investment Advisory Agreement*", celebrado em dezembro de 2013 com a SAM SGIIC, através do qual a Sociedade contrata serviços de consultoria de gestão das carteiras da Santander Totta Seguros e dos clientes de gestão discricionária, mediante o pagamento de uma comissão anual de 0,015% e 0,10%, respetivamente, sobre os montantes geridos. A 5 de setembro de 2021 e conforme previsto na maturidade definida no contrato, o "*Investment Advisory Agreement*" terminou. Os serviços assegurados pelo "*Investment Advisory Agreement*" passaram a ser assegurados pelo "*Investment Management Agreement*".

As comissões pagas pela Sociedade são registadas na rubrica de "Encargos com serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

g) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão relativa à atividade de gestão de patrimónios devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo da Sociedade, sendo calculada por aplicação de uma taxa fixa sobre o valor global das carteiras geridas no final de cada mês e registada na rubrica de "Encargos com serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

A partir de 1 de janeiro de 2017, em conformidade com a Portaria nº 342 - B/2016, de 29 de dezembro, artigo nº 6, a taxa de supervisão aplicável é de 0,01%, com um limite mensal mínimo e máximo de 250 euros e 25 000 euros, respetivamente.

h) Provisões

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos específicos decorrentes da atividade da Sociedade, relativamente aos quais é mais provável do que não que venham a ocorrer fluxos financeiros de pagamento a terceiros, ainda que a tempestividade e a respetiva quantia do dispêndio futuro sejam incertos. Em geral, o reforço desta provisão não é aceite como custo para efeitos fiscais.

i) Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias

Considerando que os montantes de férias e subsídio de férias a pagar aos colaboradores em determinado exercício são um direito por estes adquirido no ano imediatamente anterior, no final de cada exercício a Sociedade releva contabilisticamente o montante das férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais a pagar no ano seguinte.

j) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício determinado de acordo com o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos considerados para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes considerados para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento apenas se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma Autoridade Fiscal; e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

k) Carteiras sob gestão (Patrimónios)

Esta rubrica extrapatrimonial inclui as carteiras de títulos geridas pela Sociedade, as quais são valorizadas da seguinte forma:

- Unidades de participação em fundos de investimento – Estes títulos são valorizados ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidos à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações;
- Ações – Estes títulos são valorizados ao valor da última cotação em bolsa disponível nos últimos três meses. Na falta de valores de cotação, não é atribuído um valor superior ao valor contabilístico, calculado segundo o último balanço aprovado;
- Obrigações - Estes títulos são valorizados ao valor da última cotação em bolsa disponível nos últimos três meses. No caso de obrigações não cotadas ou com liquidez reduzida, são utilizados os preços divulgados por contribuidores credíveis capturados em sistemas de

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

negociação (*Bloomberg* ou *Reuters*), ou são estimados preços com base em modelos internos de valorização desenvolvidos pela Sociedade.

l) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

m) Valorização dos ativos

Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

As obrigações do tesouro mantidas para corresponder aos requisitos de cobertura de responsabilidades do Sistema de Indemnização aos Investidores ("SII"), são valorizadas, a cada data de referência, de acordo com a política de valorização de ativos da Sociedade referida acima.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade. Estas estimativas são subjetivas por natureza e podem afetar o valor dos ativos e passivos, proveltos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor e de acordo com os planos de negócio existentes (impostos diferidos). No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Desta forma, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais, bem como da sua estimativa quanto à evolução e rentabilidade das suas operações futuras.

Provisões

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa na data do balanço do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, sendo aferida de acordo com a opinião da gestão apoiada nos seus consultores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)**3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Depósitos à ordem no país:	31/12/2022	31/12/2021
Banco Santander Totta, S.A. (EUR)	13 211 347	15 038 291
Banco Santander Totta, S.A. (USD)	12 173	61 922
	<u>13 223 520</u>	<u>15 100 213</u>

De acordo com a política prevista na Nota 1.3 a), os saldos de depósitos à ordem correspondem aos apresentados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa.

**4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem aplicações em instituições de crédito.

Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros comidos	31/12/2021	31/12/2022
						Montante total	Montante total
Banco Santander Totta	EUR	23 de janeiro de 2021	0,000%	1 000 000	-	-	-
Banco Santander Totta	EUR	18 de maio de 2021	0,000%	1 000 000	-	-	-
				<u>2 000 000</u>	-	-	-

Durante o ano de 2021, venceram-se, nas datas de maturidade, os depósitos a prazo constituídos no Banco Santander Totta.

**5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica (constituída na sua totalidade por títulos de rendimento fixo de emissores públicos) apresentava a seguinte composição:

31/12/2022									
Instrumento	Divisa	Valor nominal	Custo médio de aquisição	Custo amortizado	Valor de mercado	Juros a receber	Total do valor de mercado e juros a receber	Reserva de reavaliação (Nota 14)	Impacto fiscal (Nota 14)
OT PGB 2,875% 15/10/2025	EUR	300 000	347 490	330 804	300 711	1 843	302 554	(31 936)	-

31/12/2021									
Instrumento	Divisa	Valor nominal	Custo médio de aquisição	Custo amortizado	Valor de mercado	Juros a receber	Total do valor de mercado e juros a receber	Reserva de reavaliação (Nota 14)	Impacto fiscal (Nota 14)
OT PGB 2,875% 15/10/2025	EUR	300 000	347 490	338 488	337 066	1 843	338 929	(3 245)	-

As obrigações do tesouro acima apresentadas foram valorizadas, a cada data de referência, de acordo com a política de valorização de ativos da Sociedade.

Este ativo é mantido para corresponder aos requisitos de cobertura de responsabilidades do Sistema de Indemnização aos Investidores ("SII") e, assim sendo, encontra-se penhorado a favor deste, de acordo com o Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de junho, pelo que não é realizável para outros fins.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)6. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos outros ativos tangíveis e nos ativos intangíveis durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

## 6.1 – Outros ativos tangíveis

	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
<u>Outros ativos tangíveis</u>									
Máquinas e ferramentas	35 364	(34 135)	-	-	-	( 542)	35 364	(34 677)	687
Instalações interiores	145 647	(145 002)	-	-	-	( 241)	145 647	(145 243)	404
Equipamento informático	26 860	(18 694)	4 035	-	-	(5 448)	30 895	(24 142)	6 753
Equipamento de transporte	40 387	(26 362)	29 999	-	-	(16 794)	70 388	(43 157)	27 230
	248 258	(224 193)	34 034	-	-	(23 025)	282 292	(247 219)	35 074

31/12/2021									
Saldos em 31/12/2020			Abates, regularizações e alienações			Saldos em 31/12/2021			
Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	
<u>Outros ativos tangíveis</u>									
Máquinas e ferramentas	35 364	(33 593)	-	-	-	( 542)	35 364	(34 135)	1 229
Instalações interiores	145 647	(144 761)	-	-	-	( 241)	145 647	(145 002)	645
Equipamento informático	21 281	(14 102)	5 579	-	-	(4 592)	26 860	(18 694)	8 166
Equipamento de transporte	175 019	(83 291)	-	134 632	82 284	(25 355)	40 387	(26 362)	14 025
	377 311	(275 747)	5 579	134 632	82 284	(30 730)	248 258	(224 193)	24 065

## 6.2 – Ativos intangíveis

31/12/2022									
Saldos em 31/12/2021			Abates, regularizações e alienações			Saldos em 31/12/2022			
Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	
<u>Ativos intangíveis</u>									
Sistemas de tratamento de dados	2 143 798	(2 141 119)	-	-	2 141 119	( 2 679)	2 143 798	(2 143 798)	-
31/12/2021									
Saldos em 31/12/2020			Abates, regularizações e alienações			Saldos em 31/12/2021			
Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	
<u>Ativos intangíveis</u>									
Sistemas de tratamento de dados	2 334 560	(2 168 825)	-	190 762	37 873	( 10 167)	2 143 798	(2 141 119)	2 679

7. ATIVOS DE CONTRATOS COM CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Comissões de gestão a receber:		
Fundos de investimento mobiliário geridos	741 477	905 153
Fundos de investimento imobiliário geridos	88 879	114 934
Carteiras de clientes sob gestão:		
Fundos de pensões BST, ARE e BANIF	547 179	523 108
Santander Totta Seguros	469 674	249 097
Banco Santander (gestão de carteiras)	143 904	160 081
Outros institucionais	64 603	51 838
Comissão de comercialização de fundos da SAM Luxemburgo	100 423	92 888
Comissões de performance:		
Fundo de Pensões Petrolgal	142 140	-
	<u>2 298 279</u>	<u>2 097 099</u>

DR

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

Conforme referido na Nota 1.3, iv), a Sociedade assume a gestão das carteiras do Fundo de Pensões Banco Santander Totta e do Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa através de um acordo de subcontratação dos serviços de gestão dos ativos dos fundos de pensões. Em 26 outubro de 2022, a Santander Pensões assumiu, em adição, a gestão dos ativos do Fundo de Pensões BANIF, tendo incorporado o mesmo, através de aditamento, no contrato de gestão existente entre as sociedades.

Em 2021, a Sociedade integrou na sua rede comercial um conjunto de produtos domiciliados no Luxemburgo e geridos pela Santander Asset Management Luxembourg, S.A. ("SAM Luxembourg"), reconhecendo as respetivas comissões de comercialização que lhe são devidas, o que se manteve em 2022.

Durante o ano de 2022, foi integrada na base de Clientes Institucionais relativos à atividade de gestão de carteiras por conta de outrem a carteira do Fundo de Pensões The Navigator Company.

Na linha das comissões a receber da Santander Totta Seguros, encontram-se por liquidar dois meses referentes à respetiva comissão de gestão (apenas um mês em 31 de dezembro de 2021).

A variação refletida nos valores a receber pela gestão dos fundos geridos pela Sociedade decorre da redução dos ativos sob gestão, essencialmente por efeito da tendência evolutiva dos mercados de ativos financeiros ao longo do exercício.

**8. OUTROS ATIVOS**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Devedores diversos:		
IVA a Recuperar	46 856	46 861
Outros devedores	23 084	65 226
	<u>69 940</u>	<u>112 087</u>

A rubrica de "Outros devedores" inclui valores a receber relativos às remunerações de pessoal cedido à Santander Totta Seguros e à Santander Pensões.

**9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
IRC a recuperar	148 842	3 703
	<u>148 842</u>	<u>3 703</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Impostos correntes sobre lucros (Nota 23)	-	( 626 778)
	<u>-</u>	<u>( 626 778)</u>

Em 2021, a Sociedade recebeu de um processo de reembolso, 3 098 300 euros, acrescidos de 702 356 euros relativos ao pagamento de juros indemnizatórios e de mora por reclamação junto da Autoridade Tributária, decorrente de correções efetuadas ao IRC de 2011 a 2015, sendo que teve por base a não aceitação em 2011 como custo fiscal de custos significativos suportados pela Sociedade no âmbito da atividade e que originaram prejuízos fiscais que foram utilizados nos anos seguintes.

A 31 de dezembro de 2022, o valor 3 703 euros encontra-se apenas pendente de receber, relativo às correções efetuadas ao IRC de 2016. O remanescente reflete o saldo por impostos correntes a recuperar do exercício de 2022 no montante de 145 138 euros (ver Nota 23).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)10. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercicios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022				Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Outras Provisões	1 478 188	347 535	( 361 148)	-	1 464 575

	2021				Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Outras Provisões	1 427 367	373 037	( 322 216)	-	1 478 188

O saldo entre os reforços e as reposições do ano de 2022 é de 13 613 euros (reposições líquidas) que compara com 50 821 euros de reforço líquido em 2021.

As "Outras Provisões" têm por objetivo fazer face a responsabilidades no âmbito da atividade desenvolvida pela Sociedade, decorrentes de diferentes interpretações da legislação fiscal e para as quais a Administração considera ser mais provável do que não a ocorrência de desembolsos no futuro.

11. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Comissões a pagar (SAM SGIIC)	532 180	489 019
Global Support Services (TOPCO)	279 446	-
Remunerações a pagar a administradores e empregados	463 254	552 596
Research (SAM SGIIC)	26 948	3 095
Outros custos a pagar	814 304	1 773 958
	<u>2 116 132</u>	<u>2 818 668</u>

As "Comissões a pagar à SAM SGIIC" referem-se ao montante por liquidar correspondente ao mês de dezembro de 2022 (ver Nota 1.3 f) v)).

Os *Global Support Services* são custos por serviços globais fornecidos pela SAM Investment Holdings S.L. ("TOPCO") a cada uma das entidades Santander Asset Management do Grupo; por exemplo, os custos da auditoria interna, *compliance* e IT Global são incluídos neste valor. No ano de 2021, este valor encontrava-se registado em Outros Resultados de Exploração (262 046 euros), aparecendo espelhado em "Outros custos a pagar". Em 2022, este valor foi reclassificado para Gastos Gerais.

O saldo da rubrica de "Outros custos a pagar" reporta-se a acréscimos por serviços prestados à Sociedade e pelos quais ainda não foi faturada, sendo os mais significativos os custos associados à utilização da licença do *software* Aladdin (107 000 euros), serviços de manutenção da plataforma SAM Conecta (23 730 euros), custos jurídicos por um processo relacionado com fundo Lusimovest (120 000 euros), serviços de consultoria relacionados com matérias de sustentabilidade, PRIIPs e SFDR (65 000 euros), serviços de auditoria (62 730 euros), plataforma Bloomberg para recolha de informação de mercado (20 000 euros), seguro de responsabilidade civil (16 128 euros) e o valor a pagar à CMVM por supervisão da prestação do serviço de mandatos de gestão (25 000 euros). Adicionalmente, inclui o montante de IVA a pagar referente aos meses de novembro e dezembro de 2022 (129 113 euros).

Em research estão pendentes de liquidar à SAM SGIIC os valores referentes ao segundo semestre de 2022.

**12. CAPITAL**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 1 167 358 ações, com um valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas pela Santander Asset Management UK Holdings Limited (LATCO).

**13. PRÉMIOS DE EMISSÃO**

Em 2022 e 2021 o montante de prémios de emissão é de 1 379 680 euros. A sua origem deriva da aplicação da Portaria n.º 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República - I Série B, n.º 129, aplicável aquando da supervisão da Sociedade pelo Banco de Portugal

**14. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS E RESERVAS DE REAVALIAÇÃO**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros (Nota 5)	( 31 936)	( 3 245)
	<u>( 31 936)</u>	<u>( 3 245)</u>
Outras reservas e resultados transitados		
Reservas legais	1 282 532	1 282 532
Resultados transitados	4 934 902	3 524 222
	<u>6 217 434</u>	<u>4 806 754</u>
Total de reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados	<u>6 185 498</u>	<u>4 803 509</u>

A partir de 1 de janeiro de 2020, com a transferência da supervisão da Sociedade do Banco de Portugal para a CMVM, o regime de constituição de reserva legal previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aplicável às entidades sob a supervisão do Banco de Portugal, deixou de se aplicar à Sociedade, passando o Código das Sociedades Comerciais a ser o referencial para este efeito.

Em conformidade com o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. A 31 de dezembro de 2021 e 2020 as reservas legais excedem os 20% do capital social da Sociedade.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 14 de fevereiro de 2022 foi aprovada, relativamente ao resultado do exercício de 2021, a distribuição de 4 000 000 euros para o Acionista e o restante para aplicação em resultados transitados, no montante de 1 410 680 euros.

O Conselho de Administração propõe para aplicação do resultado líquido do exercício de 2022, no total de 3 772 461 euros, a distribuição da totalidade ao Acionista.

Adicionalmente à proposta de aplicação de resultados acima referida, o Conselho de Administração propõe que sejam distribuídos resultados transitados, sob a forma de dividendos, no montante de 3 227 539,41 euros, ao Acionista único. Esta proposta não coloca em risco o cumprimento de qualquer indicador e requisitos regulatórios.

**15. RESULTADOS POR AÇÃO**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o apuramento dos resultados por ação pode ser apresentado como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	3 772 461	5 410 680
Número médio de ações em circulação no exercício (Nota 12)	1 167 358	1 167 358
Resultados básicos e diluídos por ação	3,23	4,63

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

16. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas extrapatrimoniais refletem as responsabilidades assumidas no âmbito das atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, de gestão de carteiras e relativamente ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII):

	31/12/2022	31/12/2021
<b>GESTÃO DE ATIVOS</b>		
<u>Fundos de investimento mobiliário</u>		
Santander Poupança Prudente FPR	413 467 709	503 985 801
Santander Select Moderado	478 326 242	592 328 599
Santander Rendimento	308 922 029	391 338 525
Santander Select Defensivo	250 666 687	322 126 920
Santander Multicrédito	148 710 062	188 060 807
Santander Private Moderado	151 101 611	198 872 358
Santander Sustentável	167 599 937	210 127 822
Santander Obrigações de Curto Prazo	121 848 072	116 618 281
Santander Select Dinâmico (**)	172 935 665	176 841 334
Santander Ações Europa	145 341 728	190 956 822
Santander Ações América	51 888 535	100 243 913
Santander Poupança Valorização FPR	103 125 701	104 045 200
Santander Private Defensivo	47 037 826	60 329 927
Santander Multitaxa Fixa/Sant Invest Global	31 463 757	40 124 046
Popular Global 50	-	25 368 837
Obrigações SAM Carteiras Conservador	13 465 131	21 523 298
Santander Private Dinâmico	18 998 876	24 544 302
Popular Global 75	-	11 259 917
Santander Carteira Alternativa	1 263 994	1 290 323
Santander Afomo PPR	4 176 676	-
Santander Multi-Estratégia	7 160 308	7 608 417
	<u>2 637 600 346</u>	<u>3 287 595 447</u>
<u>Fundos de investimento imobiliário</u>		
Novimovest	220 784 007	257 792 009
Lusimovest	55 897 614	74 906 389
Imorent	3 249 471	5 699 214
Imorecuperação (*)	4 868 872	6 164 063
	<u>284 799 964</u>	<u>344 561 675</u>
<u>Gestão de patrimónios</u>		
Entidades relacionadas:		
Carteiras Santander Totta Seguros	3 673 024 814	4 312 375 961
Fundo de Pensões do Banco Santander Totta	1 008 553 141	1 164 201 916
Banco Santander (gestão carteiras)	304 187 157	387 941 577
Fundo de Pensões BANIF	113 428 259	-
Fundo de Pensões ARE	923 713	867 567
Outras carteiras de gestão discricionária	86 334 045	55 685 470
	<u>5 186 449 129</u>	<u>5 921 072 492</u>
	<u>8 108 749 439</u>	<u>9 553 229 614</u>
<b>RESPONSABILIDADES NO SII</b>	<u>390 521</u>	<u>443 627</u>

(\*) O fundo entrou em liquidação em 25 de Outubro e liquidou em 31 de dezembro de 2022. A Sociedade, enquanto fiel depositária, acompanhará os processos de recuperação de saldos a receber de rendas vencidas e outros débitos, cujos processos judiciais para a sua recuperação se mantêm em curso, no montante de 336 936 euros (ver Nota 29).

(\*\*) Em janeiro de 2022, concretizaram-se as operações de fusão dos restantes dois fundos, Popular Global 50 - Fundo de Investimento Aberto Misto e Popular Global 75 - Fundo de Investimento Aberto de Ações, no Santander Select Dinâmico - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

DR

Sistema de indemnização aos investidores (SII)

A responsabilidade potencial para com o SII não é reconhecida como gasto. Esta responsabilidade é coberta através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando pelo menos 50% garantido por penhor de títulos do Tesouro Português (Nota 5).

17. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios de dezembro de 2022 e 2021, a margem financeira apresentava a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades:		
Banco Santander Totta	1 987	-
Outros juros e rendimentos similares:		
Juros indemnizatórios e de mora (Nota 9)	-	702 356
Juros de obrigações e outros títulos de rendimento fixo	941	1 869
	<u>2 928</u>	<u>704 225</u>
 Total margem financeira	 <u>2 928</u>	 <u>704 225</u>

A rubrica de "Juros indemnizatórios e de mora", referente a 2021, reflete os juros recebidos da Autoridade Tributária no âmbito da concretização da decisão proferida relativa ao processo referente ao IRC dos anos de 2011 a 2015 (Nota 9).

18. COMISSÕES

Nos exercícios de 2022 e 2021, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões de gestão de FIMs	9 553 495	9 683 970
Comissões de gestão de FII's	1 254 862	1 516 228
Comissões de gestão de carteiras de clientes	676 935	767 853
Comissão de gestão Santander Pensões	1 604 017	1 609 563
Comissão de gestão Santander Totta Seguros	2 674 755	2 698 890
Comissões <i>Research</i>	240 058	166 136
Comissão de comercialização de fundos da SAM	99 901	92 888
Comissão de <i>performance</i>	102 876	-
	<u>16 206 899</u>	<u>16 535 526</u>
Encargos com serviços e comissões:		
Comissões a pagar a outros comercializadores	-	-
Comissão de gestão - SAM SGIIC	6 050 618	4 392 282
Comissão de gestão - SAM UK	106 594	839 204
Taxa de supervisão paga à CMVM	316 050	341 674
<i>Research</i> - SAM SGIIC	262 388	270 529
Outros	-	-
	<u>6 809 080</u>	<u>5 897 330</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos das rubricas "Comissão de gestão - SAM SGIIC", referem-se aos montantes previstos no *Investment Management Agreement* (IMA) celebrado em abril de 2012 (alterado em 1 de novembro de 2021). A última revisão do IMA originou o aumento das comissões a pagar pelos fundos da categoria Select, o que justifica o acréscimo do custo. Nota 1.3 f), v).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

A "Comissão de gestão – SAM UK" referente a 2021 respeita ao *Investment Advisory Agreement* celebrado em dezembro de 2013 e que cessou em 5 de setembro de 2021. Em 2022, foi pago um montante que se encontrava pendente de regularização, relativo aos fundos incorporados da antiga Popular Gestão de Activos.

Em 2022, a Sociedade continuou a ter na sua rede comercial um conjunto de produtos domiciliados no Luxemburgo e geridos pela SAM Luxembourg, reconhecendo as respetivas comissões de comercialização que lhe são devidas.

A variação refletida nos valores a receber pela gestão dos FIM geridos pela Sociedade, decorre da redução de volumes geridos, por efeito do mercado e do comportamento das subscrições líquidas dos fundos (Nota introdutória).

As rubricas de "Research" referem-se aos serviços de aconselhamento de investimento prestados por entidades com conhecimento e prática neste mercado. Parte do custo associado a este serviço é, posteriormente, faturado aos fundos mobiliários geridos pela Sociedade. Em 2021, a Sociedade rescindiu todos os contratos de *research* que tinha com alguns bancos, ficando a pagar este serviço em exclusivo à SAM SGIIC.

Nos exercícios de 2022 e 2021, o Fundo de Pensões Petrolgal teve lugar a comissão de *performance*, nos montantes de 60 615,84 euros e 42 259,88 euros, respetivamente, valores reconhecidos e faturados no ano de 2022.

**19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO**

Em 2022 e 2021, os outros resultados de exploração detalham-se da seguinte forma:

	2022	2021
TOPCO – Global Support Service	-	(262 046)
SAM SGIIC - ESG Services	-	(21 000)
Risco operacional	(15 094)	(18 087)
Quotizações	(40 632)	(42 199)
Resultado alienação outros ativos	-	9 911
Correção de estimativas	81 377	38 995
Outros	(3 858)	(3 624)
	<u>21 793</u>	<u>(298 050)</u>

A rubrica "TOPCO – Global Support Service" de 2021 inclui os serviços prestados à Sociedade, ao abrigo do contrato global de prestação de serviços da TOPCO a todas as sociedades do Grupo SAM. Em 2022, este custo foi reclassificado para Gastos Gerais Administrativos, dado considerar-se que reflete melhor a natureza do custo (ver Nota 22).

Em 2022, a rubrica "SAM SGIIC – ESG Services" refletia os serviços de ESG e foi registada em Gastos Gerais Administrativos, num total de 48 000 euros (ver Nota 22).

Em "Correção de estimativas", estão refletidos os valores associados à reversão dos acréscimos relativos a custos de 2022 e 2021 previstos, mas que não foram incorridos atendendo às circunstâncias verificadas à data prevista de pagamento.

Em risco operacional estão registados os valores incorridos por perdas relacionadas com erros ou falhas operacionais.

**20. CUSTOS COM O PESSOAL**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

	2022	2021
Remuneração de:		
Órgãos de gestão - Remuneração Fixa	124 711	160 572
Órgãos de gestão - Remuneração Variável	59 400	102 600
Órgão de fiscalização	22 565	26 901
Empregados	758 612	910 469
Indemnizações	150 000	178 946
	<u>1 115 288</u>	<u>1 379 488</u>
Encargos sociais	150 675	208 156
Outros encargos com o pessoal	548 602	649 756
	<u>699 277</u>	<u>857 912</u>
Total custos com o pessoal	<u>1 814 565</u>	<u>2 237 400</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o quadro de pessoal da Sociedade era constituído por 28 e por 28 colaboradores, respetivamente, não incluindo os Órgãos Sociais (ver Nota 22).

A redução do número de colaboradores levada a cabo em 2021 (33 colaboradores em 2020), no âmbito do processo de reestruturação que pretende corresponder com a estratégia de otimização das atividades da Sociedade, traduziu-se numa redução dos custos com pessoal, excluindo indemnizações.

A rubrica "Outros encargos com o pessoal" inclui a remuneração das cedências de pessoal do Banco Santander Totta, no montante total de 528 526 euros. A este valor é deduzido o valor pago pelo Banco Santander Totta, relativos aos colaboradores da Sociedade cedidos, no total de 92 577 euros (ver Nota 25).

Em 2022 foi paga uma indemnização por rescisão do contrato de trabalho com um colaborador cedido ao Banco Santander, no valor de 150 000 euros.

## 21. GASTOS COM OS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

### Órgãos de gestão

Nos exercícios de 2022 e 2021, os custos suportados relativos a remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 224 247 euros e 300 777 euros, respetivamente (Nota 20).

Em 31 de dezembro 2022, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram como segue:

- Nuno Miguel de Oliveira Henriques – Presidente;
- Luís Manuel Matos Figueiredo – Administrador Executivo;
- Diego Ruiz Reija (não executivo);
- Lázaro de Lázaro Torres (não executivo);
- Maria Otília Gonçalves Mendeiros Casquilho (administrador independente).

Em 2022 e 2021 as remunerações fixas auferidas pelos membros executivos do Conselho de Administração foram as seguintes:

	2022	2021
Remuneração fixa:		
Nuno Henriques	60 000	60 000
José Neves	22 436	83 965
Luís Figueiredo	42 275	16 607
	<u>124 711</u>	<u>160 572</u>

Os administradores não executivos não auferiram quaisquer remunerações pagas pela Sociedade durante 2022 e 2021.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

Por questões burocráticas relacionadas com a Segurança Social, o Administrador José Neves, que renunciou ao seu cargo em finais de dezembro de 2021, ainda teve remuneração nos meses de janeiro a março.

O administrador independente auferiu 10 000 euros, pagos em duodécimos no processamento salarial.

A remuneração variável atribuída aos membros do Conselho de Administração executivos a 31 de dezembro de 2022 tinha a seguinte desagregação:

2022	Pecuniário (euros)	Unidades de participação (euros)
<b>Remuneração variável:</b>		
<b>Estimado em 2022 a atribuir em 2023, 2024, 2025 e 2026</b>		
José Neves	-	-
Nuno Henriques	21 600	21 600
Luis Figueiredo	8 100	8 100
	29 700	29 700
<b>Atribuída em 2021 e paga no ano 2022</b>		
José Neves	6 300	6 300
Nuno Henriques	20 880	20 880
Luis Figueiredo	3 960	3 960
	31 140	31 140
<b>Atribuída em anos anteriores e paga no ano 2022</b>		
Joaquim Calça Pina	4 480	4 480
José Neves	7 240	7 240
Nuno Henriques	-	-
Luis Figueiredo	-	-
	11 720	11 720
<b>Atribuída em anos anteriores e a diferir em 2023, 2024 e 2025</b>		
Joaquim Calça Pina	4 480	4 480
José Neves	7 200	7 200
Nuno Henriques	13 920	13 920
Luis Figueiredo	2 640	2 640
	28 240	28 240

—

Órgão de Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal durante os exercícios de 2022 e 2021 pode ser resumido como se segue:

Handwritten signature and initials 'DR' in blue ink.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

2022		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa Anual
José Eduardo Fragoso Tavares de Beltencourt	Presidente	7 520
Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento	Vogal	5 520
Luis Paulo Glória Picardo de Sousa	Vogal	2 453
Marta Alarcão Troni	Vogal	276
		<u>15 769</u>

2021		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa Anual
Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento	Presidente	7 520
Eduardo Roque do Rosário Rêgo	Vogal	5 520
António Paulino Assucarinho Pires dos Reis	Vogal	5 520
		<u>18 560</u>

No ano de 2022 houve uma recomposição do Conselho Fiscal, tendo o vogal Luis Sousa sido substituído por Marta Troni durante o mês de dezembro.

22. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Com fornecimentos de terceiros:		
Água energia e combustíveis	5 496	3 024
Material de consumo corrente	1 822	3 455
Publicações	4 609	4 345
	<u>11 927</u>	<u>10 824</u>
Com serviços de terceiros:		
Advogados	240 696	170 619
Informática, Contabilidade e Backoffice	1 774 429	1 552 880
Serviços de Informação	116 988	169 980
Auditoria, consultoria e outros serviços	107 721	89 424
Deslocações, estadas e representação	29 760	40 887
Outros serviços de terceiros	58 123	55 146
Conservação e reparação	1 981	17 160
Comunicações	7 591	32 374
Rendas e alugueres	233	539
Seguros	17 783	30 828
Publicidade e edição de publicações	80	80
Outros	58 682	13 538
	<u>2 414 067</u>	<u>2 173 456</u>
Total	<u>2 425 994</u>	<u>2 184 280</u>

A rubrica de Advogados inclui um valor estimado a pagar por serviços jurídicos associados a um processo do fundo Lusimovest (120 000 euros).

A rubrica "Informática, Contabilidade e Backoffice" reflete os custos com serviços de informática – *hardware* e *software*, consultoria, apoio fiscal, contabilidade e os custos por Global Support Services (no valor de 279 446 euros) que, em 2022, foram reclassificados de Outros Resultados de Exploração para Gastos Gerais (ver Nota 19) e que justificam, essencialmente, a variação entre 2022 e o período homólogo.

AR

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

Nesta rubrica estão também incluídos os custos relativos à contratação de serviços no âmbito de PRIIPs e SFDR (65 000 euros).

A variação evidenciada na rubrica "Serviços de Informação" deve-se, essencialmente, à redução dos custos associados ao fornecedor *Bloomberg*.

Em Outros, o incremento justifica-se com o aumento do número de eventos, nomeadamente com a Rede Comercial e o Private, para seguimento da conjuntura de mercado.

Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda para os exercícios de 2022 e 2021, detalham-se como se segue:

	2022	2021
Revisão legal das contas anuais (i)	74 000	68 250
Outros serviços de garantia de fiabilidade (i)	6 000	2 450
Outros serviços que não auditoria e/ou garantia de fiabilidade (i)	-	7 000
	<u>80 000</u>	<u>77 700</u>

(i) Valores sem IVA e sem despesas

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A tributação dos lucros da Sociedade para o ano de 2022 (idêntico a 2021) é a seguinte:

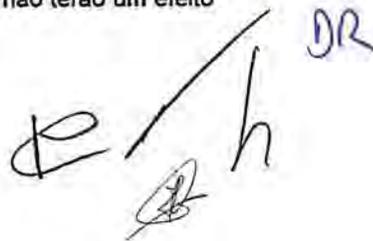
- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 

- Menor do que 1 500 000 euros	0%;
- Entre 1 500 000 euros e 7 500 000 euros	3%;
- Entre 7 500 000 euros e 35 000 000 euros	5%;
- Maior do que 35 000 000 euros	9%

De acordo com o artigo 63.º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, devem ter termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2019 a 2022 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de possíveis revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.


  
 DR

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

Nos exercícios de 2022 e 2021, os custos com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	2022	2021
Resultado antes de impostos	5 167 072	6 531 453
Constituição de provisões não dedutíveis (Nota 10)	347 535	373 036
Diferença entre valias fiscais e contabilísticas	-	( 4 955)
Benefícios fiscais	( 20 316)	( 21 099)
Multas e penalidades (inclui juros compensatórios)	26	337
Reversão de provisões constituídas em anos anteriores (Nota 10)	( 361 148)	( 322 216)
Outras correções	20 426	( 24 280)
Lucro tributável	<u>5 153 595</u>	<u>6 532 276</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	(1 082 255)	(1 371 778)
Derramas	( 186 912)	( 250 395)
Tributação autónoma	( 23 150)	( 45 251)
Outros	-	102 657
Total do imposto corrente	<u>(1 292 317)</u>	<u>(1 564 767)</u>
Corr. Imp.Exerc. Ant-Regularização de impostos	( 102 294)	443 993
Total do imposto do exercício registado em resultados	<u>(1 394 611)</u>	<u>(1 120 774)</u>
Carga fiscal	<u>26,99%</u>	<u>17,16%</u>
Carga fiscal já paga/a pagar:		
Pagamento especial por conta e retenções na fonte	1 437 455	( 937 989)
Estimativa de imposto a pagar / (a receber) (Nota 9)	( 145 138)	626 778

Em 2021, a Sociedade foi notificada da liquidação corretiva de IRC dos exercícios de 2012 a 2015, tendo a Autoridade Tributária, procedido ao reembolso do respetivo imposto e juros compensatórios indevidamente pagos pela Sociedade, bem como ao pagamento de juros indemnizatórios e de mora. O reembolso de imposto efetuado pela Autoridade Tributária revelou-se superior em 407 940 euros face ao que havia sido estimado e refletido no ativo da Sociedade.

A estimativa de imposto sobre o rendimento registada no exercício de 2021 verificou-se insuficiente em 102 294 euros, tendo este montante sido registado em 2022 como correção ao imposto do exercício anterior.

Estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício de 2022	(1 292 317)
Correção do imposto do exercício anterior	<u>( 102 294)</u>
Impostos sobre o rendimento 2022	(1 394 611)
Estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício de 2021	1 564 767
Correção do imposto do exercício anterior	( 36 053)
Reembolso de imposto sobre o rendimento de 2011 a 2015	<u>( 407 940)</u>
Impostos sobre o rendimento 2021	1 120 774

24. CONSOLIDACÃO

As contas da Sociedade relativas aos exercícios de 2022 e 2021 são consolidadas no Banco Santander através da Santander Asset Management UK Holdings Limited (LATCO), a qual detém 100% do capital da Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

## 25. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas Entidades Relacionadas todas as Entidades do Grupo Santander com as quais a Sociedade tem transferência de recursos, serviços ou obrigações, independentemente de haver ou não um débito de preço. São ainda consideradas partes relacionadas o pessoal-chave da gestão da Sociedade ou do accionista e respetivos familiares, bem como qualquer entidade em que estes exerçam posição de controlo, controlo conjunto, influência significativa ou em que possuam, direta ou indiretamente, poder de voto significativo (IAS 24).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e nos exercícios então findos, os saldos registados no balanço e na demonstração dos resultados da Sociedade que tiveram origem em operações realizadas com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	2022											Total	
	Banco Santander Total	Santander Total Seguros	Santander Paradas	FFA	FRF's	SAM LIR	Santander AM Holding, SL (TOPCO)	Santander Global Tech	Gestao	Santander Global Operations	SAM SGOIC		SAM UK
<b>Balanco</b>													
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	13 222 518	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13 222 518
Ativos de contratos com clientes (Nota 7)	142 804	488 874	341 178	48 878	741 477	100 423	-	-	-	-	-	-	2 091 536
Outros ativos (Nota 8)	-	18 548	6 778	-	-	-	278 448	-	-	-	-	-	23 775
Outros passivos (Nota 11)	-	-	(13 203)	-	-	-	-	-	-	(558 128)	-	-	(613 629)
<b>Total</b>	13 365 322	507 422	334 945	48 878	741 477	100 423	278 448	-	-	(468 128)	-	-	14 644 701
<b>Demonstração dos resultados</b>													
Juros e rendimentos similares (Nota 17)	(1 987)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 987)
Rendimentos de serviços e comissões (Nota 18)	(278 811)	(2 874 753)	(1 604 017)	(1 254 862)	(5 793 583)	80 801	-	-	-	-	-	-	(14 007 082)
Exercícios com serviços e comissões (Nota 18)	75 430	-	-	-	-	-	-	-	-	(9 313 000)	106 894	-	(9 313 000)
Gastos com administração (Nota 22)	-	-	-	-	-	-	278 448	144 550	245 253	-	-	-	668 198
Gastos com o pessoal (Nota 23)	408 853	(40 878)	(187 217)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281 968
<b>Total</b>	(218 418)	(2 788 778)	(1 791 234)	(1 254 862)	(5 793 583)	80 801	278 448	144 550	245 253	(9 313 000)	106 894	-	(21 180 802)
	<b>2021</b>												
	Banco Santander Total	Santander Total Seguros	Santander Paradas	FFA	FRF's	SAM LIR	Santander AM Holding, SL	Santander Global Tech	Gestao	Santander Global Operations	SAM SGOIC	SAM UK	Total
<b>Balanco</b>													
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	15 100 213	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15 100 213
Ativos de contratos com clientes (Nota 7)	180 051	249 087	523 108	98 772	888 892	82 688	-	-	-	-	-	-	2 612 304
Outros ativos (Nota 8)	-	7 357	14 517	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22 074
Outros passivos (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33 740)	(482 114)	-	(525 854)
<b>Total</b>	15 280 264	264 454	537 625	98 772	888 892	82 688	-	-	-	(33 740)	(482 114)	-	16 608 347
<b>Demonstração dos resultados</b>													
Rendimentos de serviços e comissões (Nota 18)	(287 852)	(2 694 893)	(1 609 243)	(1 816 228)	(5 663 970)	-	-	-	-	-	-	-	(14 276 522)
Exercícios com serviços e comissões (Nota 18)	53 842	-	-	-	-	-	-	-	-	(4 382 282)	639 254	-	(4 096 456)
Gastos com administração (Nota 22)	-	-	-	-	-	-	-	110 052	236 340	87 803	-	-	434 195
Gastos com o pessoal (Nota 23)	548 153	(102 436)	(187 824)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	257 903
Outros resultados de operações (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	282 048	-	-	-	-	-	282 048
<b>Total</b>	(146 048)	(2 801 326)	(1 797 067)	(1 816 228)	(5 663 970)	-	282 048	110 052	236 340	87 803	(4 382 282)	639 254	(18 802 104)

Os saldos relativos às remunerações pagas ao pessoal-chave da gestão (administradores) encontram-se divulgadas na Nota 21.

As transações realizadas com entidades relacionadas são decorrentes do negócio normal e realizadas em condições de mercado.

Para além das entidades identificadas pelas transações divulgadas na presente Nota, a Sociedade mantém um registo de todas as partes relacionadas (individuais e/ou coletivas) com as quais não se verificaram operações nos exercícios de 2022 e de 2021.

Este levantamento é elaborado de acordo com a IAS 24 – Divulgação de partes relacionadas, procurando proceder à identificação de relação e transações com partes relacionadas, bem como a manutenção atualizada do respetivo registo.

Em 2022, a Sociedade distribuiu ao seu acionista (LATCO) 4 000 000 euros (Nota 14).

## 26. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

Justo valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos ativos registados pelo custo amortizado constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a forma de apuramento e o justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e ao justo valor pode ser resumido como se segue:

*OR*  
*R*  
*h*

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em euros)

	31/12/2022				Valor de balanço total
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	13 223 520	-	-	-	13 223 520
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7 495	-	-	-	7 495
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 5)	-	302 554	-	-	302 554
Ativos de contratos com clientes (Nota 7)	2 298 279	-	-	-	2 298 279
	15 529 294	302 554	-	-	15 831 848

	31/12/2021				Valor de balanço total
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	15 100 213	-	-	-	15 100 213
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6 086	-	-	-	6 086
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 5)	-	338 929	-	-	338 929
Ativos de contratos com clientes (Nota 7)	2 084 776	-	-	-	2 084 776
	17 171 075	338 929	-	-	17 510 004

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de *inputs* observáveis em mercado ativo.
- Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados *inputs* não correspondem a dados observáveis no mercado.

#### Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua atividade, a exposição ao risco de crédito é reduzida limitando-se ao Banco Santander Totta, aos fundos geridos e clientes de gestão de carteiras relativamente às comissões de gestão. De referir que os ativos da Sociedade correspondem essencialmente a depósitos à ordem, títulos de dívida pública e a comissões a receber dos fundos geridos, cuja liquidação é efetuada por débito em conta pela própria Sociedade e dos clientes de gestão de carteiras.

#### Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a *funding*.

#### Risco de liquidez

Tendo em conta a atividade que desenvolve, a Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de "Disponibilidades em outras instituições de crédito" ascendia a 13 223 520 euros e 15 100 213 euros, aproximadamente 82% e 85% do ativo líquido da Sociedade, respetivamente. De referir que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem junto do Banco Santander Totta (ver Notas 3 e 4).

#### Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição direta ao risco de mercado. Esta exposição está presente na esfera dos fundos de investimento geridos e nas carteiras de patrimónios de clientes e que, por esta via, poderão afetar indiretamente os resultados da Sociedade.

#### Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial. De referir que os ativos da Sociedade correspondem essencialmente a depósitos à ordem, depósitos a prazo, títulos de dívida pública e a comissões a receber denominados em euros.

## 27. GESTÃO DE CAPITAL

A Sociedade mantém fundos próprios superiores aos previstos no artigo 71º-M do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

A política de distribuição dos resultados está condicionada pela manutenção de adequados níveis de capital que permitam à Sociedade sustentar o desenvolvimento das suas operações, dentro da sua política de riscos.

## 28. FACTOS RELEVANTES

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções impostas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos 12 meses do corrente ano, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 425 pontos base, enquanto o Banco Central Europeu eliminou a sua política de juro negativo com uma subida de 250 pontos base.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se no pior ano de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. No decorrer de 2022 o pico de inflação nos EUA e Europa parecem ter sido alcançados, no entanto, a resiliência dos mercados laborais continua a traduzir-se numa retórica restritiva por parte dos Bancos Centrais, receosos de uma segunda vaga de subida de preços, o que deverá manter a aversão ao risco na primeira metade de 2023.

Esta instabilidade resultou numa redução dos ativos sob gestão da Sociedade, por desvalorização de mercado.

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme referido, foi deliberada em 25 de outubro de 2022 em Assembleia Geral de Participantes a dissolução e liquidação do Imorecuperação – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, com efeito a 31 de dezembro de 2022. A decisão de dissolução e liquidação antecipada do Imorecuperação assentou no facto do mesmo já não dispor de ativos imobiliários que integrassem a sua carteira, não se justificando a manutenção do remanescente prazo da sua duração até ao respetivo termo. No âmbito da liquidação do Imorecuperação, ocorrida a 31 de dezembro de 2022, foi transferido, em janeiro de 2023, o montante de 397 538 euros para a Sociedade para fazer face eventuais a responsabilidades futuras decorrentes do processo em curso. Adicionalmente, decorrente da referida liquidação, a Sociedade, enquanto fiel depositária, acompanhará os processos de recuperação de saldos a receber de rendas vencidas e outros débitos, cujos processos judiciais para a sua recuperação se mantêm em curso, no montante de 336 936 euros.

Não ocorreram outros eventos subsequentes que afetem as demonstrações financeiras apresentadas e devam ser registados e/ou divulgados.

O Contabilista Certificado

Assinado por: **HUMBERTO MIGUEL PATRÍCIO CALDAS**  
Num. de Identificação: 08058058  
Data: 2023.02.13 16:15:33+00'00'  
Certificado por: Ordem dos Contabilistas Certificados.  
Atributos certificados: Membro da OCC nº 42158.



O Conselho de Administração



## **Certificação Legal das Contas**

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 16.085.704 euros e um total de capital próprio de 12.504.997 euros, incluindo um resultado líquido de 3.772.461 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Asset Management – SGOIC, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Outras matérias**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 dos fundos de investimento mobiliário e imobiliário (Fundos), por cuja gestão a Entidade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que oportunamente emitiu os respetivos Relatórios de Auditoria (Relatórios) sem reservas. Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da Entidade de eventuais ocorrências ao nível dos Fundos, baseou-se nas informações obtidas do órgão de gestão da Entidade, na qualidade de sociedade gestora, do respetivo órgão de fiscalização e do auditor dos Fundos, assim como na análise dos Relatórios por este emitidos.

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

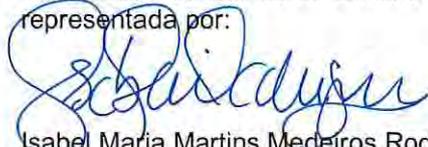
#### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

13 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

representada por:



Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, ROC n.º 952  
Registado na CMVM com o n.º 20160569

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Acionista da  
Santander Asset Management – SGOIC, S.A.

### 1. Relatório

#### 1.1. Introdução

Nos termos da Lei e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (“Sociedade”) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

#### 1.2. Fiscalização

No período em que estivemos em funções acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2022, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2022, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

Acompanhámos preliminarmente as contas, os resultados e o resumo da atividade desenvolvida pela Sociedade no final do 1º semestre de 2022, no final do mês de agosto de 2022 e no final do mês de novembro de 2022, bem como os Relatórios sobre os Resultados das atividades de Controlo da Função de Cumprimento e da Função de Gestão de Riscos com referência ao 1º semestre de 2022 e aos 3º e 4º trimestres de 2022.

Procedemos à leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, das reuniões da Assembleia Geral, bem como à análise de informação diversa considerada relevante para efeitos da emissão do presente Relatório e Parecer.

Reunimos com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas dos Fundos geridos pela Sociedade e revimos os Relatórios de Comentários e Informações Suplementares de Auditoria, preparados por aquela SROC, os quais referem, nomeadamente, não terem sido identificados eventos ou condições no decurso do trabalho de auditoria que tenham suscitado dúvidas significativas quanto à capacidade dos Fundos prosseguirem as operações em continuidade, nem terem sido identificadas deficiências significativas do sistema de controlo interno e/ou do sistema de contabilidade dos Fundos. Tomámos conhecimento dos respetivos Relatórios de Auditoria, emitidos (i) na modalidade de opinião sem reservas e com ênfase num dos Fundos Imobiliários (Imorent) e em dois Fundos Mobiliários (Santander Carteira Alternativa e Santander Select Dinâmico) e (ii) na modalidade de opinião sem reservas nos demais Fundos Imobiliários e Mobiliários, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e cujos conteúdos damos aqui como integralmente reproduzidos.

Reunimos também com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade, da qual obtivemos os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisámos o conteúdo da Certificação Legal das Contas, por si emitida na modalidade de opinião sem reservas, relativa ao

MAT  
J  
RQ

exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com a qual concordamos e damos aqui como integralmente reproduzida.

## 2. Parecer

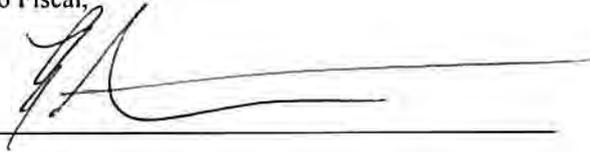
Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- a. O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;  
e,
- b. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração, a todos os Colaboradores da Sociedade e aos Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração que nos foi prestada.

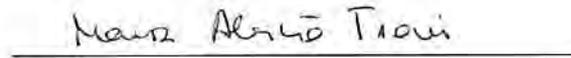
Lisboa, 14 de fevereiro de 2023

O Conselho Fiscal,



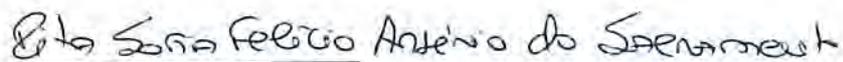
José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt

(Presidente)



Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

(Vogal)



Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento

(Vogal)

## ACTA NÚMERO 121

Aos treze dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte e três, pelas 9h30m, reuniu na sua sede sita na Rua da Mesquita, n.º 6, 1070-238 Lisboa, o Conselho de Administração da sociedade "SANTANDER ASSET MANAGEMENT – SGOIC, S.A.", com o capital social de €1.167.358,00, com sede social sita na freguesia de Campolide, concelho de Lisboa, pessoa coletiva número 502.330.597 e matriculada sob o mesmo número na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, adiante designada por "Sociedade".

A reunião foi presidida pelo Dr. Nuno Miguel de Oliveira Henriques, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, secretariado por Catarina Costa Lopes.

O Presidente do Conselho de Administração fez menção ao recurso ao facto da reunião do Conselho ser realizada na modalidade presencial e, simultaneamente, por recurso à participação dos seus membros e convidados por meios telemáticos, ficando registada na ata a forma de participação, devendo a Sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes.

Verificou-se a presença dos membros do órgão de administração, a saber, Dr. Nuno Miguel de Oliveira Henriques, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, Dr. Luis Manuel Matos de Figueiredo, Administrador Executivo e a Dra. Maria Otília Casquilho, Administradora Não Executiva. Realizada a ligação por videoconferência, foi confirmada a participação, enquanto vogal não executivo do Conselho, do Dr. Diego Rejia Ruiz.

A reunião contou ainda com a participação, por vídeo conferência, dos membros do Conselho Fiscal em efetividade de funções a 31 de Dezembro de 2022, Dr. José Eduardo Bettencourt, enquanto Presidente do Conselho Fiscal e as Dra. Rita Sacramento e Dra. Marta Troni, enquanto Vogais do Conselho Fiscal, do Dr. Humberto Caldas, enquanto TOC da Sociedade e dos representantes do ROC PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda PWC, Dra. Isabel Rodrigues e o Dr. Tiago Vieira Marques.

Presentes na reunião estiveram ainda a Responsável das funções de Gestão de Riscos e Compliance, Dra. Sandra Baltazar e a Responsável do Departamento Financeiro, Dra. Sofia Martins. Por vídeo-conferência, participou o responsável pela função de Auditoria interna, Dr. Guillerme Mata Lopez.

Com dispensa das formalidades prévias de convocação os membros do Conselho decidiram reunir, para validamente deliberar, com a seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto 1** – Apreciação e aprovação do Relatório e Contas da Sociedade reportado ao exercício de 2022, bem como proposta de aplicação de resultados a submeter à Assembleia Geral.

**Ponto 2** - Aprovação dos prémios de desempenho 2022 a atribuir aos "Colaboradores" da Sociedade.

### **Ponto 3-** Outros assuntos do interesse da Sociedade.

Entrando-se no **Ponto 1** da Ordem de Trabalhos, o Presidente do Conselho de Administração colocou à consideração do Conselho de Administração, o relatório de gestão e as contas da sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, tendo os mesmos sido discutidos e apreciados por todos. O Presidente do Conselho de Administração apresentou sumariamente o ponto de situação da atividade da Sociedade no ano 2022, nos termos da apresentação que fica anexa à ata da reunião como **Anexo 1**. Mais se constatou que o Anexo 1 descreve e apresenta um resumo da atividade da Sociedade no exercício transato, bem como a proposta de orçamento para 2023, que a Dra. Sofia Martins, enquanto CFO da Sociedade, apresentou em traços gerais, tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados. Ainda no âmbito da matéria do **Ponto 1**, tomando a palavra o Dr. Luís Figueiredo, apresentou ao Conselho o resumo da atividade dos OII (fundos imobiliários), no ano 2022, nos termos da apresentação anexa (**Anexo 1**), tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados pelos demais Administradores. De seguida, tomou a palavra a Dra. Sandra Baltazar, apresentando uma síntese da atividade da gestão de riscos e controlo do cumprimento (indicadores de cumprimento e de conduta e apetite de risco), nos termos do **Anexo 1**. Quanto a matéria de gama de produtos, o Presidente sumariou o programa de atividades para o ano 2023.

Regista-se, a propósito, que foram apurados: um RAI (Resultado Antes de Impostos) no montante €5.167.071,00 e um RLE (Resultado Líquido do Exercício) no montante de €3.772.431,00.

A solicitação do Presidente do Conselho de Administração, a Dra. Isabel Rodrigues, representante da PWC, prestou alguns esclarecimentos adicionais e informou estar apta a emitir a Certificação Legal de Contas para apresentação na Assembleia Geral agendada para o próximo dia 14 de Fevereiro. Os membros do Conselho Fiscal não colocaram questões e/ou pedidos de esclarecimento adicionais.

Assim, foram discutidos e apreciados o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas exigidos, tendo todos sido aprovados por unanimidade, como versão-minuta a submeter a apreciação da Assembleia Geral, cuja cópia constitui o **Anexo 2** à presente data. Posteriormente será entregue formalmente um exemplar dos documentos aprovados ao Conselho Fiscal para emissão de parecer a submeter à Assembleia Geral.

Mais foi deliberado, por unanimidade, que o Conselho de Administração proponha à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício de 2022, no valor apurado de €3.772.461,00 (três milhões setecentos e setenta e dois mil quatrocentos e sessenta e um euros), seja aplicado a distribuição de dividendos ao acionista único. A proposta foi aprovada pelos membros do Conselho de Administração, por unanimidade. Foi ainda deliberado, por unanimidade, que o Conselho proponha ainda ao acionista em Assembleia Geral que aprove

ainda a distribuição de dividendos no montante total de €3.227.539,00 (três milhões duzentos e vinte e sete mil quinhentos e trinta e nove euros), utilizando parte do montante positivo da conta de Reservas, conforme resulta do balanço da Sociedade com referência a 31 de dezembro de 2022. Com esta operação, a conta de Reservas da Sociedade é reduzido para €2.989.894,74 (dois milhões novecentos e oitenta e nove mil oitocentos e noventa e quatro euros e setenta e quatro cêntimos), ficando ainda assim assegurados o rácio de solvabilidade e os limites da reserva legal.

Assim, o Conselho deliberou que irá propor à Assembleia uma distribuição de dividendos ao acionista no montante total de €7.000.000,00 (sete milhões de euros).

Neste momento, a sessão foi suspensa por minutos, abandonando a reunião os membros do Conselho Fiscal, o TOC e o Auditor dos Fundos, cuja participação já não se mostrava essencial para a discussão e apreciação das matérias a apreciar em sede dos demais pontos da ordem de trabalhos.

De seguida, e no que respeita à matéria do **Ponto 2** da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho de Administração retomou a palavra para uma breve apresentação dos prémios de desempenho atribuídos aos colaboradores da Sociedade, nos termos constantes de tabela que fica anexa à presente data como documento qualificado de confidencial. Depois de uma breve troca de impressões foram aprovados os prémios de desempenho dos colaboradores da Sociedade.

Entrando no **Ponto 3** da Ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, pelas 10.00 horas, dela lavrada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do conselho de administração que participaram na reunião, com exceção do vogal, Diego Reija Ruiz Reija, por se encontrar em Espanha, mas que aprovou previamente o teor da presente ata.

(Nuno Miguel de Oliveira Henriques)

(Luis Manuel Matos de Figueiredo)

(Diego Reija Ruiz – apesar da participação e da validação do texto, não assina a ata porque participante por videoconferência em Espanha)

Maria Otilia Casquilho

(Maria Otilia Casquilho)

Carolina Casquilho

(Secretário da Sociedade)